# **RIV**

## RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA



CPA ARMAZÉNS GERAIS LTDA.

NOVEMBRO/2014

().

## SUMÁRIO

1	INFO	RMAÇOES GERAIS8
	1.1	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.
	1.2	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO EMPREENDEDOR
	1.3	IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS CONSULTORAS
	1.4	IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA9
2	DESC	RIÇÃO DO EMPREENDIMENTO11
	2.1	DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO11
	2.1.1	NOME DO EMPREENDIMENTO11
	2.1.2	LOCALIZAÇÃO E DIMENSÕES DO EMPREENDIMENTO11
	2.1.3	COMPATIBILIZAÇÃO DO PROJETO COM O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO E
	LEGI	SLAÇÃO AMBIENTAL E URBANÍSTICA12
	2.1.4	JUSTIFICATIVA DA LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO DO PONTO DE
	VIST	A URBANÍSTICO E AMBIENTAL14
	2.1.5	MAPEAMENTO DAS REDES DE ÁGUA PLUVIAL, ÁGUA, ESGOTO, LUZ E
	TELE	EFONE NA ÁREA DE INFLUÊNCIA26
	2.1.6	INDICAÇÃO DE ENTRADAS, SAÍDAS, GERAÇÃO DE VIAGENS E DISTRIBUIÇÃO
	NO S	ISTEMA VIÁRIO31
	2.1.7	TAXA DE OCUPAÇÃO NO TERRENO, COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO E
	O NÚ	MERO DE VAGAS DE AUTOMÓVEIS GERADAS34
3	DELL	MITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA36
3		EXTENSÃO DAS VIAS PÚBLICAS QUE CIRCUNSCREVEM O
		ENDIMENTO CONSIDERADO E A EXTENSÃO DAS VIAS DE ACESSO ATÉ OS
		DE TRÁFEGO MAIS PRÓXIMOS, PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOBRE OS
		de trafego mais frozimos, fara avaliação de impactos sobre os IAS VIÁRIO E DE TRANSPORTE PÚBLICO36
		DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA37
	3.2.1	
		2.1.1 MAPAS E PLANTAS COM INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA37
		2.1.2 CLASSIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DOS PRINCIPAIS USOS DO ENTORNO,
		CLUSIVE CARACTERIZANDO A REGULARIDADE E IRREGULARIDADE DA OCUPAÇÃO DO
		TORNO.43
	3.2	2.1.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS NATURAL E CULTURAL, NAS ESFERAS
	MU	UNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL NA ÁREA DE ESTUDO, ESPECIALMENTE NA FRAÇÃO
	UF	RBANA E NO RAIO DE 300 m, CONTADOS DO PERÍMETRO DO EMPREENDIMENTO 48
	3.2	2.1.4 MAPEAMENTO DA VEGETAÇÃO EXISTENTE55



	3.2.1.	5 INDICAÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA/VIÁRIA	55
	3.2.1.	6 RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA PAISAGEM NATURAL E URBANA ANTES DA	
	IMPL	ANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	64
	3.2.1.	7 LEVANTAMENTO DOS USOS DE TODOS OS IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES	
	EXIST	ENTES.	65
	3.2.1.	8 QUALIDADE DO AR	72
	3.2.2	MEIO BIOLÓGICO	73
	3.2.2.		
	3.2.3	MEIO ANTRÓPICO	
	3.2.3.	, , ,	79
	3.2.3.	,	
		AÇÃO, CULTURAL, SAÚDE, LAZER E SIMILARES	
	3.2.3.	3 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES E CIRCULAÇÃO	85
4	PROGN	ÓSTICO	97
	4.1.1	DESCRIÇÃO DO EFEITO ESPERADO DAS MEDIDAS MITIGADORAS PREVIST	ΓAS
	EM REL	AÇÃO AOS IMPACTOS NEGATIVOS, MENCIONANDO AQUELES QUE NÃO	
	PUDER	EM SER EVITADOS E O GRAU DE ALTERAÇÃO ESPERADO	102
	4.1.1.	1 Meio Biótico	103
	4.1.1.	2 Sistema Viário	103
	4.1.1.	3 Meio Físico	104
	4.1.1.	4 Socioeconômico	104
4		EDIDAS MITIGADORAS, DE CONTROLE E COMPENSATÓRIAS1	
	4.2.1	Referentes à qualidade ambiental	107
	4.2.2	Referentes ao comprometimento do meio biótico, do patrimônio cultural e	da
	paisage	m	111
	4.2.3	Referentes ao uso do solo e ocupação do solo	113
	4.2.4	Referentes aos transportes e circulação, abrangendo alterações substancia	is
	nas red	es existentes, como também de medidas gerenciais e pequenas obras de	
	melhor	ia, com custos mais baixos	114
	4.2.5	Referentes ao meio socioeconômico e comprometimento do patrimônio	
	cultura		115
	4.2.6	Referentes aos equipamentos públicos comunitários	116
	4.2.7	Referentes aos equipamentos urbanos	116
		Referentes à segurança publica	
_		ANOS DE MONITORAMENTO 1	
		PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO TRÂNSITO.	
		PLANO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA	
	1.0.2	- Land Land Colonia Co	'



	4.3.3	PLANO DE MONITORAMENTO DO NÍVEL DE RUÍDOS E VIBRAÇÕES	117
	4.3.4	PLANO DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR E SEGURANÇA DO AMBIENTE	DE
	TRA	BALHO	117
	4.3.5	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, PLANO DE EMERGÊNCIA	
	INDI	VIDUAL E ANÁLISE DE VULNERABILIDADE PARA DUTOS	117
	4.3.6	PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, PRINCIPALMENTE COM AS	
	COM	UNIDADES CIRCUNVIZINHAS AO EMPREENDIMENTO	117
	4.3.7	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	117
	4.3.8	PLANO DE DESATIVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO EMPREENDIMENTO	
	COM	PREENDENDO A RETIRADA DE ESTRUTURAS E RECUPERAÇÃO DA ÁREA	
	IMP	ACTADA	117
	4.3.9	PROGRAMA DE TREINAMENTO DA MÃO DE OBRA LOCAL, COM VISTAS À	Í
	FER	AÇÃO DE EMPREGO LOCAL	117
	4.3.1	0 PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	117
	4.3.1	1 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS EFLUENTES.	117
	4.3.1	2 PLANO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL, CONSIDERANDO OS SISTE	MAS
	DE C	ESTÃO JÁ IMPLANTADOS E CERTIFICADOS DA EMPRESA	117
5	CON	CLUSÕES	.118
	5.1	Meio Físico.	.119
	5.2	Meio Biótico	
	5.2.1	Cobertura Vegetal	120
	5.2.2	Fauna Terrestre	120
	5.3	Meio Socioeconômico.	.120
	5.4	Sistema Viário	.121
6	ANE	KOS	122
U	6.1	TERMO DE REFERÊNCIA	
	6.2	DOCUMENTOS DO EMPREENDIMENTO.	
	6.3	DOCUMENTOS DAS EMPRESAS CONSULTORAS.	
	6.4	DOCUMENTOS DA EQUIPE TÉCNICA.	



#### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 2-2: Localização da área na cidade de Paranaguá	12
Figura 2-3 – Área escolhida para implantação do empreendimento	14
Figura 2-5 – mapeamento da rede de esgoto	29
Figura 2-6 - Mapeamento da rede de energia - Executado in loco e traçado	no
Google Earth	30
Figura 2-7 – Mapeamento da rede de telefone	31
Figura 2-8- Rota de entrada e saída e circulação interna	32
Figura 3-1: ADA dos meios físico, biótico e socioeconômico	38
Figura 3-2: AID dos meios físico e biótico	39
Figura 3-3: AID do meio socioeconômico	40
Figura 3-4: All dos meios físico e biótico	41
Figura 3-5: All do meio socioeconômico	42
Figura 3-7: Mapa de unidades aquíferas da área de influência indireta (AII) c	los
meios físico e biótico	49
Figura 3-8: Localização das unidades de conservação	53
Figura 3-9: Localização das áreas indígenas e sítios arqueológicos	54
Figura 3-10 - Imagem da cidade de Paranaguá e localização	do
empreendimento	59
Figura 3-11 - Imagem do acesso a área pela rodovia Governador Ney Braç	ga.
Pode-se observar que não existem arborizações planejadas no local	60
Figura 3-12 - Imagem do acesso a área pela rodovia Governador Ney Braç	ga.
Pode-se observar que não existem arborizações planejadas no local	60
Figura 3-13 - Imagem do acesso a área pela rodovia Governador Ney Braç	ga.
Pode-se observar que não existem arborizações planejadas no local, a n	ão
ser no canteiro central, nesse ponto.	60
Figura 3-14 - Imagem do acesso a área pela Rua Senador Atilio Fontar	ıа,
observa-se que não existem arborizações viárias nesse ponto da via	61
Figura 3-15 - Imagem do acesso a área pela Rua Senador Atilio Fontar	ıа,
observa-se que não existem arborizações viárias nesse ponto da via	61



Figura 3-16 - Imagem do acesso a área pela Av. Bento Munhoz da Rocha
observa-se que não existem arborizações viárias nesse ponto da via 61
Figura 3-17 - Imagem do acesso a área pela Av. Bento Munhoz da Rocha
observa-se que não existem arborizações planejadas no local. Ocorre a
incidência de alguns espécimes nas ruas e residências62
Figura 3-18 - Imagem da Rua José Cadilhe ao lado do empreendimento
observa-se que neste ponto a via publica é desprovida de arborização
apenas alguns espécimes nas residências62
Figura 3-19 - Imagem da Rua José Cadilhe ao lado do empreendimento
observa-se que não existem arborizações planejadas no local 63
Figura 3-20 - Imagem da Av. Cel. Santa Rita em frente ao empreendimento
observa-se que não existem arborizações planejadas no local. Ocorre a
incidência de alguns espécimes nas ruas e residências 63
Figura 3-21- Imagem da Av. Cel. Santa Rita em frente ao empreendimento
observa-se que não existem arborizações planejadas no local. Ocorre a
incidência de alguns espécimes nas ruas e residências 64
Figura 3-22 - Imagem da área do empreendimento anterior à sua implantação
64
Figura 3-23 - Imagem aproximada da área do empreendimento anterior à sua
implantação65
Figura 3-24 — Distância do perímetro do empreendimento à vizinhança 66
Figura 3-25 - Imóveis próximos ao empreendimento
Figura 3-26 – Ocupações no entorno. 68
Figura 3-27 - Identificação dos imóveis na Av. Cel. Santa Rita 69
Figura 3-28 - Identificação dos imóveis no entorno do ramal ferroviário - Av
Cel. Santa Rita – Rua José Cadilhe70
Figura 3-31 - Mapa de classificação do Sistema Viário 89
Figura 3-32 - Av. Cel. Santa Rita
Figura 3-33 - Av. Bento Bocha 90



#### **LISTA DE FOTOS**

Foto 3-1- Vista da rua lateral do empreendimento													
Foto	3-2- V	ista da	entr	ada pı	rincip	oal atu	al da	área do	empi	reendime	ento.		46
Foto	3-3-	Vista	da	linha	do	trem	que	passa	nos	fundos	da	área	do
•	empre	endime	ento										47
Foto	3-4-	Vista	da	linha	do	trem	que	passa	nos	fundos	da	área	do
(	empre	endime	ento										47
Foto	3-5 - N	Museu	no P	rédio l	Histó	rico d	a anti	ga Alfân	dega	de Para	nagı	Já	50
					LIS	TA DE	TAB	ELAS					
Tabe	la 3-2	- Evolu	ıção	Popul	acio	nal							. 80
Tabe	la 3-3	- Pirân	nide	Etária.									. 80
Tabe	la 3-5	: Nível	de	serviç	о х	demoi	ra co	nforme	сар.	16 / HC	М –	High	vay
(	Capac	ity Mar	nual -	- 2000	)								93
Tabe	la 3-6	– Figu	ras c	de mér	ito p	ara as	s Vias	da ADA	١				94
Tabe	la 3-7	– Figu	ras c	de mér	ito p	ara as	s Vias	da ADA	٠				95
Tabela 3-8 – Nível de serviço das interseções													



## 1 INFORMAÇÕES GERAIS.

#### 1.1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.

Razão Social: CPA Armazéns Gerais Ltda.

CNPJ: 03.836.990/0002-71.

Endereço: Av. Cel. Santa Rita, 1733, Paranaguá, PR.

Telefone/Fax: (41) 3424-0649.

# 1.2 IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO EMPREENDEDOR.

Nome: Pérsio Souza de Assis

**CPF/MF:** 057505838 21.

Endereço: Av. XV de Novembro, 180. Maringá, PR.

Telefone/Fax: (44) 2101-1200.

E-mail: persio@pasaparanagua.com.br

## 1.3 IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS CONSULTORAS.

Razão Social: ACE - Auditoria, Consultoria e Educação Ambiental Ltda.

Nome Fantasia: Live Ambiental.

**CNPJ:** 07.507.966/0001-69.

Cadastro Técnico Federal (IBAMA): 5460038.

Endereço: Rua Nunes Machado, 472, sala 1702, Curitiba/PR.

Telefone/Fax: (41) 3082-0511.

E-mail: assis@liveambiental.com.br.

Representante Legal: Assis Ribas.

**Endereço:** Rua Nunes Machado, 472, sala 1702, Curitiba/PR.

Telefone/Fax: (41) 3082-0511.

Razão Social: EnvEx Engenharia e Consultoria S/S Ltda EPP.

Nome Fantasia: EnvEx. CNPJ: 08.418.789/0001-07.



Cadastro Técnico Federal (IBAMA): 5112325.

Endereço: Rua Doutor Jorge Meyer Filho, 93, Curitiba/PR.

**Telefone/Fax:** (41) 3053-3487.

**E-mail:** helder@envexengenharia.com.br. **Representante Legal:** Helder Rafael Nocko.

**Endereço:** Rua Doutor Jorge Meyer Filho, 93, Curitiba/PR.

**Telefone/Fax:** (41) 3053-3487.

## 1.4 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA.

PROFISSIONAL	ESTUDO	FORMAÇÃO	CONSELHO	REGISTRO IBAMA	ASSINATURA
ANDERSON BUZETI	Resíduos Sólidos	Químico Ambiental	CRQ/PR 09201938	5502412	
ANDRÉ LUCIANO MALHEIROS	Meio Físico – Coordenação Adjunta	Engenheiro Civil	CREA/PR 67038/D	924222	P/ American
ASSIS RIBAS	Supervisão e Auditoria	Administrador, Especialista em Gestão e Auditoria Ambiental	CRA/PR 17.239	528155	And.
DIEGO FRANTZ	Unidades de Conservação	Geógrafo	CREA/PR 132512/D	5840074	Diego E. Esaila
GLAUCIA ESMANHOTTO	Biota Terrestre - Fauna	Bióloga, Especialista em Gestão e Engenharia Ambiental	CRBio 50.441/07-D	5461368	- Glauda Emosto
HELDER RAFAEL NOCKO	Meio Físico – Coordenação	Engenheiro Ambiental, Mestre em engenharia Ambiental	CREA/PR 86285/D	1563032	All Holle



		Engenheira,	CREA/PR		1
HINDIRA VIERA	Análise Integrada	Especialista em Eng. e Gestão Ambiental.	79217/D	5461720	The fire .
LUIS ZANON	Meio Socioeconômico	Sociólogo	-	355465	dus Benrane Mach
JULIO THOMAZ	Arqueologia Local	Geógrafo/Ar- queólogo	-	458219	br
PAULO ROBERTO MALUCELLI	Estudo Viário	Engº civil	-	355465	Taulo/Matual.
MARCIO GROCHOCKI	Meio Físico – Geopefologia e Recursos Hídricos	Geógrafo	CREA/PR 117750/D	5082975	Munio Grochoch J.
MARGRET SIBYLLE ENGEL	Meio Físico – Níveis Sonoros	Administradora, Mestre em Eng. De Recursos Hídricos e Ambiental	CRA/PR 22042	5501710	Phil.
ORESTES JUNIOR	Meio Físico – Climatologia e Produtos Cartográficos	Geógrafo, Mestre em Geografia	CREA/PR 110236/D	5083633	JA .
SANDRO VISSOTTO	Meio Físico – Monitoramentos Ambientais	Analista em Projetos Ambientais, Esp. Em Monitoramento Ambiental	-	5180961	experience.
SHALOM MOREIRA BALTAZAR	Supervisão	Advogado, Especialista em Direito Ambiental	OAB/PR: 38620	2783598	Catou Juvie Jessi



## 2 DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO.

## 2.1 DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO.

#### 2.1.1 NOME DO EMPREENDIMENTO.

CPA Armazéns Gerais Ltda.

## 2.1.2 LOCALIZAÇÃO E DIMENSÕES DO EMPREENDIMENTO.

O empreendimento situa-se na cidade de Paranaguá, no Estado do Paraná, Região Sul do Brasil, Latitude de 25º31'15 "S e Longitude de 48º 30'34" W, conforme projeção UTM (Figura 2-1).



Figura 2-1: Localização Geográfica da cidade de Paranaguá.

O terminal de armazenamento e movimentação de álcool está localizado na Av. Coronel Santa Rita,1733 (esquina com a rua José Cadilhe), Tuiuti, em Paranaguá/PR, CEP 83203-630 (Figura 2-2).



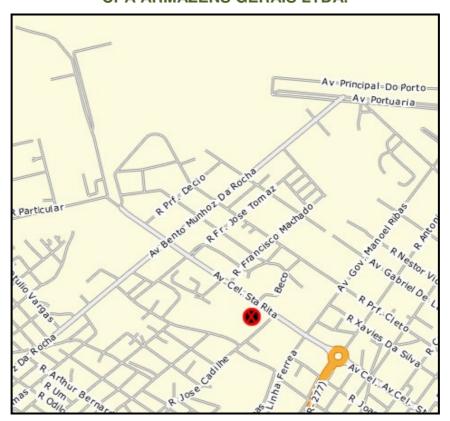


Figura 2-2: Localização da área na cidade de Paranaguá.

## 2.1.3 COMPATIBILIZAÇÃO DO PROJETO COM O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E URBANÍSTICA.

O Plano Diretor em suas diretrizes e objetivos enfatiza a qualidade das relações que se pretende manter entre o Porto e a cidade. Em seu artigo 16, especificamente sobre o Porto, estão incluídas as seguintes diretrizes: "garantir e adequar as relações entre as funções do Porto e as funções da cidade; estabelecer condições para que os fluxos de tráfego do Porto e em direção ao litoral não comprometam o desenvolvimento do tráfego da cidade". Além disso, quando o Plano menciona que dentre os seus propósitos está o de buscar "fortalecer economicamente o município e promover o desenvolvimento do setor de serviços, da logística e do comércio local", indubitavelmente resta implícito nesse conceito o desempenho das atividades portuárias.

As diretrizes regionais de desenvolvimento enfatizam o alcance do desenvolvimento das atividades portuárias. A busca de complementaridade constitui uma das bases para alicerçar um novo modelo de desenvolvimento. É necessário integrar ações locais de tal forma a permitir que modelos exógenos



de desenvolvimento sejam o motor do desenvolvimento local. Para isso, o Plano Diretor propõe "aproveitar as condições da localização do município, assim como sua vocação portuária, para integração na dinâmica econômica nacional, tendo como estratégia de ação o fortalecimento dos terminais intermodais do município" (art. 19).

Em seu artigo 22, o Plano Diretor define como um dos setores prioritários de ação, a expansão do porto e a capacitação técnica da sua população para atendimento ao mercado de trabalho local.

Há que se considerar que em parcela não desprezível das ocupações do Porto, e mesmo em outras atividades que exigem mão-de-obra mais qualificada, as vagas, muitas vezes, vêm sendo preenchidas por moradores de outros municípios. Ou seja, observa-se uma dificuldade em se garantir emprego e renda à população local devido a deficiências em termos de qualificação profissional.

Mais à frente, o Plano Diretor volta a afirmar a importância do Porto, ao enfatizar que a política urbana do município terá como eixo estrutural "a promoção do desenvolvimento socioeconômico envolvendo município e porto". Ou seja, a ampliação das atividades portuárias está embutida na perspectiva municipal de desenvolvimento socioeconômico.

Outro importante instrumento para orientar o desenvolvimento do Município é a Lei Complementar 62/2007, que instituiu o zoneamento de uso e ocupação do solo. Ao definir a área especificamente destinada às atividades portuárias, o Poder Público está contribuindo para ordenar o crescimento urbano e estimular as atividades econômicas, possibilitando as condições infra estruturais para o seu desempenho.

Da mesma forma, o sistema viário básico instituído pela Lei Complementar 64/2007 procura garantir a acessibilidade ao sistema Portuário, propiciando condições para aumentar a sua competitividade em relação a outros portos, sem comprometer a segurança dos seus cidadãos.



## 2.1.4 JUSTIFICATIVA DA LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO DO PONTO DE VISTA URBANÍSTICO E AMBIENTAL.

A alternativa locacional escolhida no período da implantação do empreendimento e reafirmada nesta análise foi a referente à área demarcada como "CPA" na imagem a seguir apresentada:



Figura 2-3 – Área escolhida para implantação do empreendimento.

Os fatores relevantes e determinantes foram:

- A área já possuía um solo modificado e compactado;
- Já havia atividades comerciais na área escolhida;
- Não seria necessário o processo de supressão vegetal;
- Não seria necessária uma grande movimentação de solo;
- Não haveria impacto na fauna local da área diretamente afetada;
- Próxima à ADA existem atividades idênticas e/ou similares com a atividade proposta.

Do ponto de vista do sistema viário, o empreendimento está localizado em área propícia a esse tipo de atividade, em razão de sua capacidade de reserva e do fato de que os fluxos gerados não irão causar impacto negativo de maior significância, sendo plenamente viável a continuidade da operação.



Além disso, a empresa mantém um estacionamento fora da ADA, visando não gerar fluxos de caminhões desnecessários próximos ao empreendimento. Com isso a empresa consegue programar a carga e descarga e o fluxo dos veículos de forma ordenada e harmonizada à capacidade do sistema viário local, o projeto foi aprovado pela prefeitura conforme anexo 7.20.

Observaram-se as ações de recebimento e de expedição, assim como as obras elencadas para a disponibilidade das condições necessárias para as atividades e, após as análises realizadas, foi possível concluir que a área escolhida para o empreendimento possui aptidão locacional para esse tipo de empreendimento, especialmente em razão da infraestrutura ali já existente, a qual reduziu os impactos que poderiam advir de sua implantação.

#### Memorial descritivo da atividade

O Terminal tem por finalidade a viabilização de carga, descarga, armazenagem de mercadorias ou bens procedentes do exterior ou a ele destinados, com utilização do Píer Público de Inflamáveis do Porto de Paranaguá, interligado por meio de dutos ao terminal.

#### **Operacionais**

O Terminal tem agilidade suficiente para carregar navios de forma individualizada, com capacidade de 35.000 m³ com 40 horas trabalhadas, com velocidade não superior a 3,0 m/s na tubulação. Nessa mesma dinâmica, tem a capacidade de receber o fluxo de caminhões e vagões-tanque durante o carregamento do navio.

#### Recepção Ferroviária

A recepção ferrovia possui capacidade para descarga simultânea de 28 vagões, com capacidade de 60 m³ cada, podendo receber diariamente 84 vagões tanque, em regime constante, o que perfaz um total de 5.040 m³/dia.

Recepção Rodoviária

Ø.

A recepção rodoviária tem capacidade para descarga simultânea de 04 caminhões, com capacidade de 45 m³ cada, podendo receber diariamente 100 caminhões tanque, em regime constante, o que perfaz um total de 4.500 m³/dia.

#### **Embarque Marítimo**

O Terminal possui duas linhas de exportação/importação de 12" que interligam o Terminal com o Píer Público de Inflamáveis do Porto de Paranaguá. Cada Linha pode ter uma vazão de carga de 600 m³/h, totalizando 1.200 m³/h, com velocidade de bombeamento de aproximadamente 2,6 m/s.

#### Sistema de Estocagem

Corresponde a nove (09) tanques de formato cilíndrico vertical para inflamáveis e um (01) tanque para reservatório de água de incêndio, construídos com chapa de aço estrutural ASTM A-36, conforme a norma NBR 7821.

Foram adotadas bases tipo cogumelo, totalmente estaqueadas. A laje de fundo adotada do tipo "cogumelo" consiste em uma laje maciça apoiada diretamente nas estacas da fundação, sendo a transmissão dos esforços feita por capitéis de concreto armado. Na circunferência dos tanques há uma viga suporte, construída em concreto usinado com Fck ~ 40 Mpa.

As fundações foram dimensionadas de acordo com as cargas provenientes dos referidos tanques, com estaqueamento profundo, de acordo com a carga atuante, dimensionadas de acordo com a sondagem geológica da área de implantação da obra e projeto executivo.

Os blocos de coroamento das estacas foram executados em concreto armado, "in loco", com formas de compensado. O concreto estrutural aplicado foi usinado, dosado em balanças eletrônicas e com o Fck determinando conforme especificações do projeto executivo.

Buscando a melhor preservação do produto estocado e das condições Página **16** de **125** 



de segurança contra incêndios, os tanques estão dotados de um teto fixo com solda de baixa resistência, na periferia, bem como equipamentos de segurança e operação previstos nas normas NBR 17505 e código do Corpo de Bombeiros.

Na definição do arranjo dos tanques buscou-se a distribuição equilibrada entre os produtos manipulados, o que resultou na seguinte distribuição:

#### **Tanques**

O empreendimento possui 08 (oito) tanques (Tanques 01 a 08) com capacidade de 6.650 m³ cada, projetados e construídos conforme definições da norma NBR 7821, sendo:

- Diâmetro: 21.000 mm;

- Altura: 19.200 mm;

Área: 1.612 m²

- Capacidade nominal: 6.650 m³;

- Volume operacional: 6.350 m³; e

- Volume de lastro: 300 m<sup>3</sup>.

#### Slop Tanq

Trata-se de um tanque com capacidade 182 m³ utilizado parta armazenamento de resíduos de álcool, gasolina ou diesel, projetados e construídos conforme definições da norma

NBR 7821, sendo:

- Diâmetro: 5.730 mm;

- Altura: 7.000 mm;

– Área: 25,80 m²;

- Capacidade nominal: 182 m<sup>3</sup>;

- Volume operacional: 157 m³; e

- Volume de lastro: 25 m<sup>3</sup>.

#### Tanque de Reservatório de Água de Incêndio



Trata-se de um tanque com capacidade 3.800 m³, projetados e

construídos conforme definições da norma NBR 7821, sendo:

Diâmetro: 17.200 mm

- Altura: 16.500 mm

- Capacidade nominal 3.800 m<sup>3</sup>.

6.4 Plataformas de Descarregamento

6.4.1 Plataforma de Descarregamento Rodoviário

O Terminal dispõe de duas plataformas rodoviárias, cada uma com duas

baias para descarga de caminhões tanques, totalizando uma área de 345 m².

As escavações foram controladas por gabaritos de madeira instalados

em pontos seguros. O local de todas as obras civis será inicialmente limpo

para, em seguida, haver a remoção da camada vegetal superficial e de toda a

matéria orgânica existente no local.

Plataforma Rodoviária nº 1

As características dessa estrutura são:

Nesta plataforma estão localizadas as baias nº 1 e nº 2;

- Possui um sistema de carregamento em que o braço de carregamento

pode abastecer um caminhão por vez nas baias nº 1 e nº 2;

- Cada baia possui duas linhas de descargas contendo dois pontos

equipados com conexão de engate rápido de Ø 4";

As plataformas são equipadas com escadas pantográficas e sistema

de trava-quedas;

As plataformas de carregamento e descarregamento possuem sistema

de aterramento, para conexão nas carretas dos caminhões tanque.

Plataforma Rodoviária nº 2

Página 18 de 125

As características dessa estrutura são:

- Nesta plataforma estarão localizadas as baias nº 3 e nº 4;
- Cada baia possui duas linhas de descargas contendo dois pontos equipados com conexão de engate rápido de Ø 4";
- As plataformas serão equipadas com escadas pantográficas e sistema de trava-quedas;
- As plataformas de carregamento e descarregamento possuem sistema de aterramento, para conexão em carretas dos caminhões tanque.

#### Plataforma de Descarregamento Ferroviário

O Terminal tem capacidade para descarga de 28 vagões por encoste, divididos em duas linhas férreas com 14 pontos de descarga, cada um equipado com conexão de engate rápido de Ø 4" nas duas linhas de descarga.

#### Sistema de Bombeamento

Existem duas edificações destinadas às casas de bombas, totalizando uma área de 242 m², sendo uma para operações com o Píer e a segunda para operações rodoviárias e ferroviárias. As dimensões das casas de bombas são suficientes para permitir a montagem, operação e manutenção das bombas de processo e de incêndio, garantindo a ventilação permanente do ambiente. As bombas têm bases individuais em concreto armado, em área com piso em concreto circundado por canaletas de concreto interligadas ao separador de água é óleo.

#### Casa de Bombas Rodo Ferroviária

A casa de bombas rodo ferroviária, possui dois atendimentos aos modais existentes: casa de bombas rodoviária e ferroviária. Estão instaladas cinco (05) bombas para recebimento de combustíveis através de caminhões tanque e cinco (05) bombas para recebimento através de vagões ferroviários;



dessas quatro bombas (BR 01, 02, 03 e 04) também podem ser utilizadas para o carregamento rodoviário.

As bombas têm as seguintes características:

BOMBA Nº - VAZÃO - POTÊNCIA - MARCA / MODELO

BR-01 120 m<sup>3</sup> / h 30 cv IMBIL INI 80-315

BR-02 120 m<sup>3</sup> / h 30 cv IMBIL INI 80-315

BR-03 120 m<sup>3</sup> / h 30 cv IMBIL INI 80-315

BR-04 120 m<sup>3</sup> / h 30 cv IMBIL INI 80-315

BR-05 120 m<sup>3</sup> / h 30 cv IMBIL INI 80-315

BF-01 250 m<sup>3</sup> / h 60 cv IMBIL INI 100-315

BF-02 250 m<sup>3</sup> / h 60 cv IMBIL INI 100-315

BF-03 250 m<sup>3</sup> / h 60 cv IMBIL INI 100-315

BF-04 250 m<sup>3</sup> / h 60 cv IMBIL INI 100-315

BF-05 250 m<sup>3</sup> / h 60 cv IMBIL INI 100-315

#### Casa de Bombas Exportação

Na casa de bombas de exportação, estão instaladas três (03) bombas para transferência de produto do terminal para o Porto de Paranaguá, através de dois dutos de diâmetro de 12 polegadas. Cada duto é alimentado por uma bomba específica, dispondo o sistema de uma 3º bomba reserva. O sistema permite que qualquer uma destas três bombas alimente qualquer dos dois dutos.

As bombas têm as seguintes características:

BOMBA Nº - VAZÃO - POTÊNCIA - MARCA/MODELO

BE-01 600 m<sup>3</sup>/ h 125 cv IMBIL ITAP 200-330 BE-02 600 m<sup>3</sup> / h 125 cv IMBIL ITAP 200-330 Página **20** de **125** 



BE-03 600 m<sup>3</sup> / h 125 cv IMBIL ITAP 200-330

#### Prevenção e Combate a Incêndio

O sistema de combate a incêndio está dotado dos seguintes itens:

- Tanque para água com capacidade de 3.800 m<sup>3</sup>;
- Tanque de armazenamento de Líquido Gerador de Espuma (LGE)
   com capacidade para 7.000 litros;
- Cinco Hidrantes com canhão monitor e reservatórios individuais para
   1.600 litros de LGE, para combate a incêndio e resfriamento nas regiões
   do desvio ferroviário e baias dos caminhões;
- Baterias de extintores portáteis;
- Alarme de incêndio;
- Tanques com duas serpentinas dotadas de Sprinklers "Aspersores",
   para água de resfriamento do costado;
- Tanques com câmaras de espuma internamente para abafamento;
- Três bombas com bases individuais em concreto armado, em área com piso em concreto, uma com acionamento direto por motor elétrico, outra, por questão de segurança, com motor de combustão interna à Diesel e uma bomba Jokey para pressurização do sistema de combate a incêndio. A pressurização permite uma resposta imediata do sistema, quando este for acionado.

As características das bombas são descritas abaixo:

BOMBA Nº - VAZÃO - POTÊNCIA - MARCA/MODELO

B-01 600 m<sup>3</sup>/ h 300 cv IMBIL INK-200-500 B-02 600 m<sup>3</sup> / h 300 cv IMBIL INK-200-500 Jockey 35 m<sup>3</sup> / h 25 cv IMBIL INI 32-200

#### Estrutura de Apoio e Controle



Para dar suporte e condições operacionais, o Terminal conta com:

- Portaria com controle de acesso;
- Balanças rodoviárias, entrada e saída, marca Toledo com capacidade para 100 toneladas cada;
- Laboratório de análise e escritório, com acesso restrito ao Terminal;
- Duas Estações de Tratamento de Efluentes composta por caixa separadora de água e óleo;
- Sala da Brigada;
- Estacionamento para funcionários e visitantes;
- Almoxarifado;
- Oficina:
- Vestiário;
- Subestação transformadora;
- Compressor de ar; e
- Gerador.

#### **Geradores**

O Terminal conta com:

- Gerador Caterpillar Modelo GES 300-I 300 KVA 380 volts 60 Hz, suporta duas bombas ferroviárias, duas bombas rodoviárias e uma bomba de exportação. Não dá suporte à bomba elétrica de incêndio;
- Gerador Caterpillar Modelo GEP 150 150 KVA 220 volts 60 Hz, alimenta a linha de iluminação.

#### Rede Elétrica e Transformadores

A estrutura conta com:

- Subestação de distribuição e proteção, a qual atende o Sistema de seccionamento e aterramento de acordo com a NR-10;
Página 22 de 125



- Transformador a seco 1000 KVA marca WEG, com tensão de alimentação 13.8 KV 60 Hz rede de trabalho 380 volts e alimenta todo sistema de bombeamento de combustíveis do terminal;
- Transformador a seco 500 KVA marca WEG, com tensão de alimentação 13.8 KV 60 Hz rede de trabalho 380 volts, alimenta exclusivamente o sistema de incêndio;
- Transformador a seco 300 KVA marca WEG, tensão de alimentação 13.8 KV 60 Hz rede de trabalho 220 volts e alimenta exclusivamente o sistema de iluminação;
- Compressor de Ar, Schulz modelo SRP 3050 50 Hp Eletronic, com 7,5 bar 224 ft³ 6.354 l/min.

#### Prédio de Apoio

Possui sala para dos encarregados (escritório) com sala de reuniões, laboratório de análises com almoxarifado, sala de monitoramento de câmeras e sala da brigada, totalizando uma área construída de 100 m².

#### Arruamento e Pavimentação

Com base na sondagem do terreno, foi desenvolvido projeto específico de pavimentação, dimensionando o pavimento para o trânsito de caminhõestanque, de bombeiros e de materiais para a manutenção do Terminal , com área total de  $6.000.000~\text{m}^2$ .

Os acessos e vias internas do Terminal foram todos aterrados com saibro compactado, com uma camada superior de brita grossa, na espessura definida em projeto, acabamento final com areia média e assentamento de blocos retangulares ("pavers") de concreto de alta resistência, com 10 cm de espessura.



#### Bacia de Contenção

A Bacia de Contenção foi dimensionada e implantada através de uma cortina de concreto armado, com fundação através de sapata corrida e calçadas externas à bacia de contenção, em concreto usinado, com Fck ~ 40 Mpa. Foi executada em concreto armado, com aditivo impermeabilizante, garantindo permeabilidade infer ior a 10-6 cm/s (referenciado à água a 20ºC), dotada de tubulação de drenagem capaz de esgotar as águas de chuva, eventuais vazamentos e resíduos de limpeza dos tanques, conectando ao sistema de tratamento de efluentes, composto por caixas separadoras de água e óleo.

A Bacia é formada por muros de contenção com altura interna total de 1,70 m e individualizada através de diques intermediários com altura de 0,45m, separando os tanques. Para a transposição do muro da Bacia de Contenção existem escadas metálicas com degraus, conforme o dimensionamento do muro. Em alguns pontos do muro foram utilizadas juntas de dilatação para evitar fissuras e consequentes vazamentos.

#### Cálculo do Volume da Bacia

A Bacia de Contenção tem uma área aproximada de 7.853,00 m2, interna ao dique de contenção. De acordo com o item "b" do 5.3.3.2 da NBR 17505- 2, a Capacidade volumétrica da bacia de contenção deve ser no mínimo igual ao volume do maior tanque, mais volume de deslocamento da base deste tanque, mais os volumes equivalentes aos deslocamentos dos demais tanques, suas bases e dos diques intermediários.

Os tanques e correspondentes volumes deslocados com suas bases, para uma lamina estimada de 1,60 m de altura são:

Tanque Volume (m³) Ø(m)

Volume Deslocado (m³)

Base Tanque

1 6650 21,00 174,00 380,17

2 6650 21,00 174,00 380,17

Página 24 de 125



3 6650 21,00 174,00 380,17

4 6650 21,00 174,00 380,17

5 6650 21,00 174,00 380,17

6 6650 21,00 174,00 380,17

7 6650 21,00 174,00 380,17

8 6650 21,00 174,00 380,17

#### Onde:

- a) O maior tanque possui o volume de 6.650 m<sup>3</sup>;
- b) O volume de deslocamento da base do maior tanque é de 174,00 m³;
- c) O volume de deslocamento dos demais tanques com suas bases é de  $(174,00 + 380,17) \times 8 = 4.433,36 \text{ m}^3$ ;
- d) O volume de deslocamento dos diques intermediários é de 0,2 x 0,45 x 450;

 $= 40,50 \text{ m}^3.$ 

Assim o volume mínimo da bacia é de:

VMI N =  $6650,00 + 174,00 + 4.433,36 + 40,50 = 11.297,85 \text{ m}^3$ ;

VBAC I A MI N =  $11.297,85 \text{ m}^3$ .

#### Cálculo da Altura do Dique

Conforme item "g" do 5.3.3.2 da NBR 17505-2, a altura do dique deve ser o somatório da altura que atende a capacidade volumétrica da bacia de contenção, mais 0,2 m para conter as movimentações do líquido.

a) Altura que atende a capacidade volumétrica da bacia de contenção:

V 11.297,85

H = = = 1,438 m

Área 7.853

b) Altura do dique:

 $Hd = 1.43 + 0.2 = 1.63 \equiv 1.70$ 



A altura de 1,70 m atende ao disposto na norma.

Foram construídas oito divisões internas de alvenaria, com 0,45m de altura, formando assim, 08 (oito) bacias individuais, cinco com volume de 400 m3, e três com volume de 415 m³. Cada bacia possui inclinação dirigida a uma caixa interna, cuja finalidade é drenagem de água de chuva e de eventuais derrames. Junto a estas caixas, são instaladas válvulas de bloqueio, no ponto de coleta geral dentro da bacia, sendo sua descarga dirigida ao sistema de separação de água e óleo.

#### Caixas Separadoras de Água e Óleo

O Terminal possui duas caixas separadoras de água e óleo com capacidade individual de 40 m³. Uma das caixas recebe as águas de chuva, eventuais vazamentos e resíduos de limpeza das estações de descarregamento rodoviário e ferroviário. A outra caixa recebe águas de chuva, eventuais vazamentos e resíduos de limpeza das bacias de contenção dos tanques e casa de bombas rodo ferroviária e exportação.

## 2.1.5 MAPEAMENTO DAS REDES DE ÁGUA PLUVIAL, ÁGUA, ESGOTO, LUZ E TELEFONE NA ÁREA DE INFLUÊNCIA.

#### a) Mapeamento da rede de água Pluvial.

Segundo a Secretaria de Obras Públicas de Paranaguá, não existe um mapeamento da rede de água pluvial, contudo, como ela é em sua maior parte compartilhada com a rede de esgoto, o mapa da rede de esgoto poderá ser utilizado para análise.

A área em estudo possui os sistemas públicos de captação de água pluvial.

#### b) Mapeamento da rede de água.

Abaixo, apresenta-se o mapa da rede de distribuição de água fornecido pela CAB.



O empreendimento em estudo já é atendido pela rede de abastecimento de água.

O anexo 7.15 apresenta a cópia da conta de água, visando subsidiar a informação.



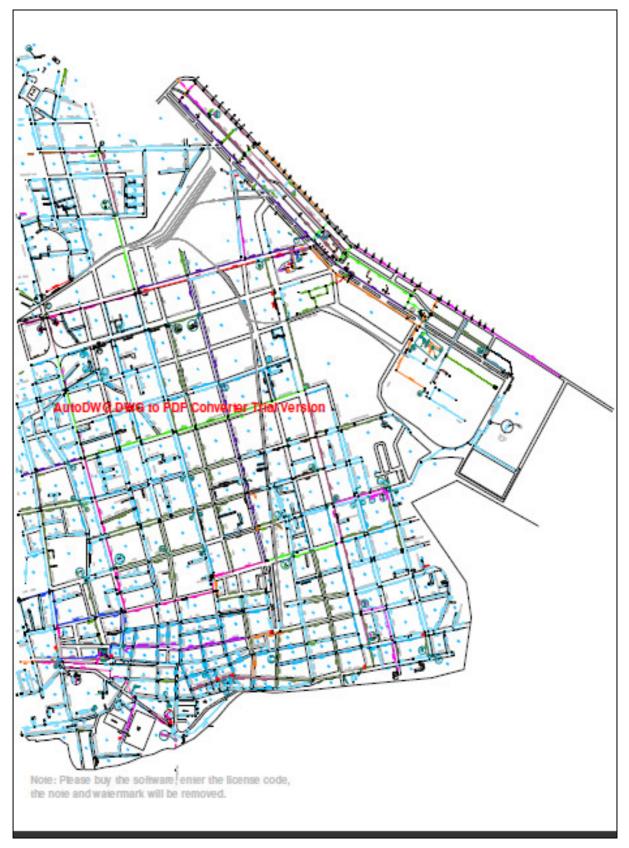


Figura 2-4 – Mapeamento da rede de água.

Fonte: CAB – ÁGUAS DE PARANGUA – 2014.

Os traços em azul claro são referentes à rede de abastecimento de água.



#### c) Mapeamento da rede de esgoto.

Abaixo, apresenta-se o mapa da rede de esgoto fornecido pela CAB. O empreendimento em estudo já é atendido pela rede de esgotos.



Figura 2-5 – mapeamento da rede de esgoto.

Fonte: CAB – ÁGUAS DE PARANGUA – 2014.Os traços em azul escuro são referentes a rede de esgotos.



#### d) Mapeamento da rede energia elétrica.

O mapeamento da rede elétrica local foi executado *in loco*. Com base nos locais de análise, foi executado um traçado no sistema Google Maps, demonstrando as ruas próximas a ADA que já são atendidas pela rede de distribuição de energia.

O empreendimento já conta com o abastecimento de energia elétrica, sem causar prejuízos à distribuição. O anexo 7.16 apresenta a cópia da conta de energia.



Figura 2-6 – Mapeamento da rede de energia – Executado in loco e traçado no Google Earth.

#### a) Mapeamento da rede de telefone.

Não foi disponibilizado o mapa com a rede de telefonia da ADA do empreendimento pelas empresas de telefonia. Porem, o local já é atendido por redes de telefones fixos e móveis.

Segundo o site da Operadora Oi, a área conta com tecnologia 2G e 3G para serviços móveis.





Figura 2-7 – Mapeamento da rede de telefone.

Fonte: Oi Mapas, 2014.

#### 2.1.6 INDICAÇÃO DE ENTRADAS, SAÍDAS, GERAÇÃO DE VIAGENS E DISTRIBUIÇÃO NO SISTEMA VIÁRIO.

O empreendimento entrou em operação em julho de 2010. Para verificação das predições realizadas em 2007, foi realizada uma nova pesquisa de tráfego no cruzamento da Avenida Coronel Santa Rita com a Avenida Bento Rocha no dia 09/05/2013, uma quarta feira, entre 07h00 e 20h00.

Nessa nova pesquisa, a qual reflete a situação também observada nas operações ao longo do ano de 2014, os veículos que entram e saem do empreendimento estão embutidos na contagem. Portanto, a verificação da suficiência de capacidade do sistema viário pode ser realizada com os dados primários da pesquisa.



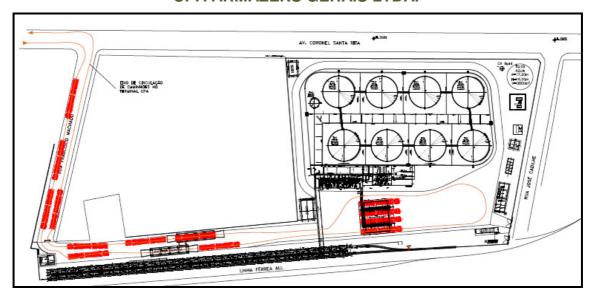


Figura 2-8- Rota de entrada e saída e circulação interna.

Os veículos que chegam ao empreendimento vêm todos ou da BR-277, ou do pátio de triagem ou, ainda, do pátio de estacionamento da empresa conveniada, o qual é ocasionalmente utilizado. Todos, no entanto, usam um só trajeto. Os veículos vêm pela Avenida Bento Rocha, entram à direita na Avenida Coronel Santa Rita e depois à direita na Rua Francisco Machado, chegando ao parque de tancagem.

No trajeto de saída, os veículos saem do empreendimento pela Rua Francisco Machado, entram à esquerda na Avenida Coronel Santa Rita e novamente à esquerda na Avenida Bento Rocha, seguindo para a rodovia.

Para realização da análise de suficiência de capacidade, usou-se o mesmo método adotado no licenciamento, que é o do HighwayCapacity Manual, versão 2000 - HCM 2000, metodologia mais aceita mundialmente e recomendada pelo DNIT no Manual de Estudos de Tráfego – 2006, publicação do Instituto de Pesquisas Rodoviárias Nº 723.

Esperava-se com esta pesquisa verificar as taxas de crescimento específicas para o trânsito das duas avenidas.

Como a pesquisa anterior havia sido realizada no dia 15 de agosto de 2007, decorreram 4 anos e 8 meses entre ambas.

Para análise de ambos os números, deve-se observar a sazonalidade dos fluxos, tanto semanal como mensal. Estas variações sazonais são típicas de cada local e o município de Paranaguá é fortemente influenciado pelas



safras agrícolas dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Os fatores de correção devem ser extraídos de bases de pesquisas sistemáticas, urbanas ou rodoviárias.

Como não há dados sistemáticos disponíveis para as vias urbanas em estudo, procurou-se outra fonte de dados que pudesse guardar correspondência com as mesmas. Ambas as vias são entrada e saída diretas de portos, sendo a Avenida Coronel Santa Rita dos terminais de granéis líquidos da Petrobrás, Terminal Público de Álcool e da Cattalini e a Avenida Bento Rocha do Terminal Dom Pedro II, assim considerou-se que guardam estreita semelhança com o movimento da rodovia BR-277, praticamente única via de acesso a ambas.

Observando-se a série disponível de dados da praça de pedágio existente na BR-277 entre Curitiba e Paranaguá, nota-se que os meses de pico da safra iniciam em março e terminam em agosto, sendo os meses de maiores movimento os de maio e de agosto respectivamente.

No primeiro estudo, esperava-se o recebimento de 9.300 m³/dia de granéis líquidos. A divisão modal prevista era de 4.500 m³ por via rodoviária em 100 veículos com capacidade de 45 m³ e de 4.800 m³ por via ferroviária, em 80 vagões de 60 m³ da capacidade cada, em composições de 30 vagões cada.

Os cálculos de capacidade do sistema viário para a situação com empreendimento levou em conta este valor, que foi adicionado ao fluxo pesquisado.

Mesmo com o volume extra de 100 (cem) veículos por dia entrando e saindo do empreendimento, não houve impacto significativo no sistema viário.

A estatística do último ano comprova que foram recebidos em média 11,5 caminhões de 45 m³ por dia. Pelo gráfico, pode-se ver que, somente em três dias deste ano decorrido, foram recebidos 30 caminhões em um único dia. O número máximo de caminhões recebido em um dia foi de 31.

Pode-se verificar também que, nos meses de dezembro, janeiro fevereiro e março, não há recebimento de cargas.

A carga média por caminhão, verificada na balança de entrada e pela qual é efetuado o faturamento do produto, foi igual a 35.609 quilogramas. Considerando-se a massa específica do álcool anidro, que é igual à 0,7915 kg/l Página 33 de 125



(site da Petrobras http://www.br.com.br), resulta-se em um volume de 44.989 litros, ou 44,989m³, o qual é semelhante ao preconizado no estudo inicial.

Mesmo com o recebimento de cargas sendo menor que o preconizado no primeiro estudo, os empreendedores estabeleceram contrato com a empresa PASA e utilizam o pátio de estacionamento desta para a triagem e regulação das cargas chegadas à Paranaguá.

Assim, sempre que as cargas em caminhões chegam à razão maior do que a capacidade de descarga, eles são encaminhados ao pátio de estacionamento para aguardar a hora e vez de descarregarem. Não há formação de filas de espera no sistema viário, seja na Avenida Coronel Santa Rita, seja na Rua Francisco Machado.

# 2.1.7 TAXA DE OCUPAÇÃO NO TERRENO, COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO E O NÚMERO DE VAGAS DE AUTOMÓVEIS GERADAS.

A taxa de ocupação do terreno é de 39,8%. O resultado da taxa de ocupação foi obtido através da divisão do total da área construída 5.577 m² (área construída) pela área total do empreendimento 14.000 m² (área total) multiplicado por 100.

O Coeficiente de Aproveitamento (CA) ou Índice de Aproveitamento (IA) é um número que, multiplicado pela área de um terreno, indica a quantidade total de metros quadrados passíveis de serem construídos. Um terreno de 1.200m², por exemplo, com um CA máximo igual a 2,4, indica que a área máxima a ser construída, somando a área de todos os pavimentos, é igual a 2.880,0 m².

O coeficiente de aproveitamento definido pelo Plano Diretor para a Zona de Interesse Portuário (ZIP) é 1 (Um) e sem restrições de altura.

Porém, conforme memorial descritivo a área total construída consiste em 5.577 m² (área construída), aplicando-se a regra para obtenção do coeficiente



de aproveitamento, chega-se ao resultado 0,39, o qual está adequado frente ao estabelecido pelo Plano Diretor.

A capacidade interna de estacionamento de caminhões é de 10 veículos folgados, com espaço para manobras livres. Cabe ressaltar que o empreendimento conta com pátio externo no Km 5. Portanto, não há acumulo de veículos na entrada. A saída é ritmada e programada conforme a demanda e diária e a capacidade de carregamento.

O pátio externo tem capacidade para o estacionamento de até 200 caminhões, suprindo com folga a logística de carga e descarga necessária.



## 3 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA.

3.1 EXTENSÃO DAS VIAS PÚBLICAS QUE CIRCUNSCREVEM O EMPREENDIMENTO CONSIDERADO E A EXTENSÃO DAS VIAS DE ACESSO ATÉ OS "NÓS" DE TRÁFEGO MAIS PRÓXIMOS, PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOBRE OS SISTEMAS VIÁRIO E DE TRANSPORTE PÚBLICO.

Do ponto de vista do sistema viário, o empreendimento está situado na Avenida Coronel Santa Rita, com 169,00 metros de testada entre as Ruas José Cadilhe, esta com 98,10 metros de testada, e a Rua Francisco Machado. Entre a Rua Francisco Machado e o empreendimento, o empreendimento à sua direita confronta com imóvel com 111,20 metros de testada e, nos fundos, com o ramal ferroviário da ALL. Entre este imóvel e a Rua Francisco Machado, há alguns imóveis residenciais.

O empreendimento fica entre duas vias importantes do sistema viário básico de Paranaguá, a Avenida Ayrton Senna da Silva, principal entrada da cidade para o tráfego particular, e a Avenida Bento Rocha, principal ligação do porto ao sistema de transporte de carga ao sistema rodoviário nacional.

A Avenida Bento Rocha é o prolongamento da BR-277. Ela dá acesso ao pátio de triagem, onde os caminhões são estocados quando necessário, e ao porto.

Os caminhões que demandam o Terminal vêm pela BR-277 e depois pela Avenida Bento Rocha, viram à direita na Avenida Coronel Santa Rita e depois, à direita, na Rua Francisco Machado, entrando no empreendimento.

No movimento de retorno, os caminhões saem pela Rua Francisco Machado, entram à esquerda na Avenida Coronel Santa Rita, depois à esquerda na Avenida Bento Rocha e seguem para a BR-277.

Não há motivo ligado ao empreendimento para os caminhões fazerem trajeto diferente do descrito acima.



O cruzamento da Avenida Coronel Santa Rita com a Avenida Bento Rocha é controlado por sinalização semafórica. O semáforo possui um ciclo de 78 segundos, sendo 44 segundos de verde, 4 segundos de amarelo e 1 segundo de bloqueio geral para a Avenida Bento Rocha e 24 segundos de verde, 4 segundos de amarelo e 1 segundo de bloqueio geral para a Avenida Coronel Santa Rita.

O parque de tancagem tem seu acesso através da Rua Francisco Machado, que possui somente uma quadra, entre o ramal ferroviário e a Avenida Coronel Santa Rita. Esta interseção está a 310 metros da interseção da Avenida Coronel Santa Rita com a Avenida bento Rocha, e a 650 metros da interseção da Avenida Ayrton Senna.

#### 3.2 DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA.

3.2.1 MEIO FÍSICO.

3.2.1.1 MAPAS E PLANTAS COM INDICAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA.



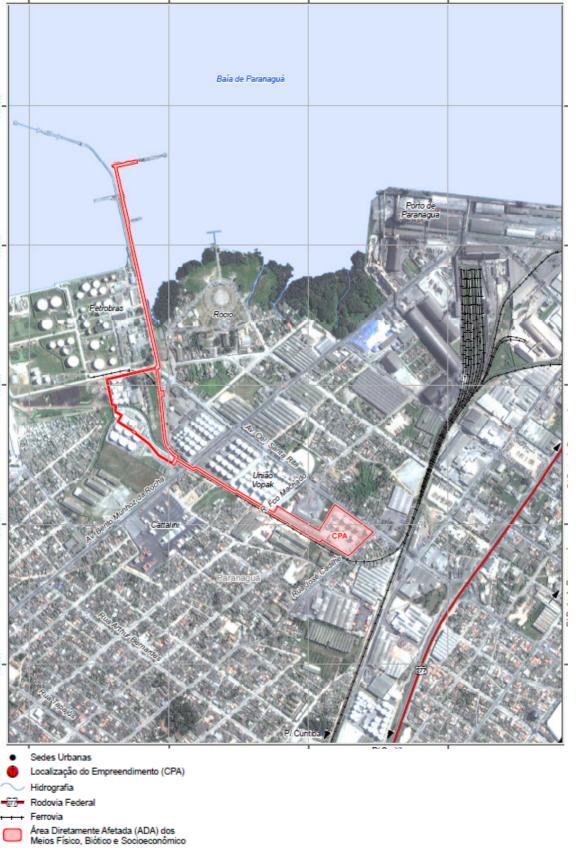


Figura 3-1: ADA dos meios físico, biótico e socioeconômico.





Figura 3-2: AID dos meios físico e biótico.

Área de Influência Direta (AID) dos Meios Físico e Biótico





Figura 3-3: AID do meio socioeconômico.

Página 40 de 125



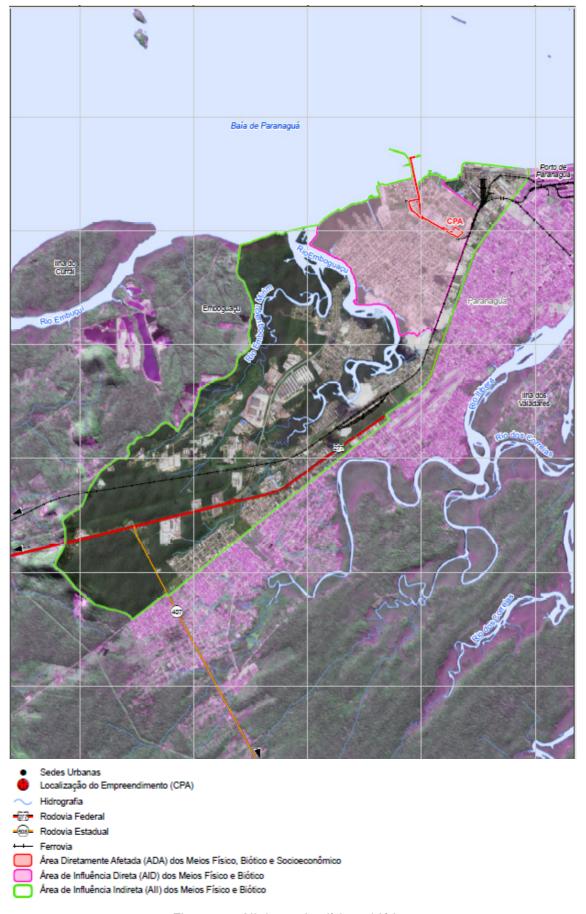


Figura 3-4: All dos meios físico e biótico.

Página 41 de 125





Figura 3-5: All do meio socioeconômico. Página **42** de **125** 



3.2.1.2 CLASSIFICAÇÃO E MAPEAMENTO DOS PRINCIPAIS
USOS DO ENTORNO, INCLUSIVE CARACTERIZANDO A
REGULARIDADE E IRREGULARIDADE DA OCUPAÇÃO
DO ENTORNO.

Nas proximidades da Área de Influência Direta do empreendimento, existem duas de zonas predominantes: as áreas habitacionais e as áreas de comercio e de serviço. Em alguns pontos no município de Paranaguá, foram identificadas zonas onde na mesma quadra existem residências e também comércio e serviço vicinal. Estas serão classificadas como zonas mistas.

Conforme o Anexo II da Lei Complementar nº 62 que classifica e define a relação de usos do solo para implantação do zoneamento, as zonas de Comércio e Serviço Vicinal englobam toda "Atividade comercial varejista e atividades profissionais e serviços pessoais de pequeno porte, disseminada no interior das zonas, de utilização imediata e cotidiana, entendida como um prolongamento do uso residencial". Enquanto a definição para Comércio e Serviço Geral englobam as "Atividades comerciais varejistas e atacadistas ou de prestação de serviços destinadas a atender à população em geral, que por seu porte ou natureza, exijam confinamento em área própria".

Verificou-se nas proximidades da região do Porto uma predominância de galpões e silos para armazenamento de produtos graneleiros alimentícios para importação, tanques para armazenamento de combustíveis e alimentos congelados. Grande parte destes galpões e silos estão na Zona de Interesse Portuária - ZIP. As áreas totais e o mapeamento das zonas são representados na figura abaixo:



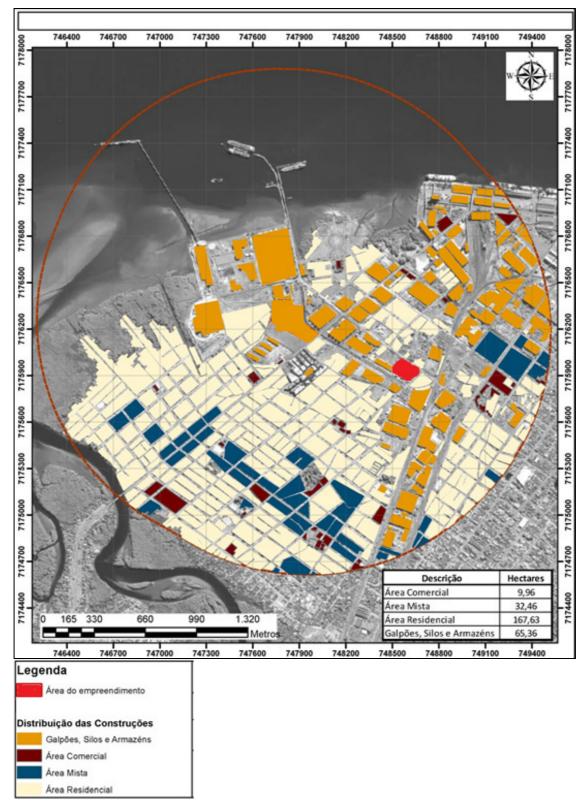


Figura 3-6: Mapeamento das zonas próximas ao empreendimento



O relatório da Evolução da Ocupação na Zona Urbana divulgado pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense - COLIT apresenta ainda dados mais alarmantes quanto às ocupações irregulares no município de Paranaguá, o relatório afirma que cerca de 1/3 das ocupações estão irregulares. A Prefeitura vem tomando medidas para realocar estes moradores, conforme notícia divulgada em Junho de 2014, onde 14 famílias receberam casas em Bairros com as devidas infraestruturas já existentes.

Alguns pontos de ocupações irregulares foram identificados também dentro da AID. Verificou-se que algumas casas estão em áreas verdes da cidade, muito próximas à margem de efluentes, ou sem infraestrutura adequada.

Uma das características da população residente no entorno é a baixa renda e as moradias variam de casas de baixo padrão construtivo a médio padrão construtivo. Outra característica da região são atividades econômicas pouco estruturadas, já que a Prefeitura não cede alvará para áreas irregulares. Assim, os moradores possuem como principal fonte de renda as atividades ligadas à prestação de serviço juntamente com atividades ligadas ao porto.



Foto 3-1- Vista da rua lateral do empreendimento





Foto 3-2- Vista da entrada principal atual da área do empreendimento

As residências que estão mais próximas ao empreendimento situam-se na Rua José Cadilhe e seguem entre o trilho de trem, Avenida Coronel Santa Rita até a Avenida Marginal. Essas residências são em sua maioria antigas, muitas delas feitas de madeira. Segundo moradores, muitas delas foram construídas pela Rede Ferroviária para servir de moradia a seus funcionários, só que os moradores não tiveram registro definitivo, ou seja, há ainda irregularidade no que se refere à ocupação desses locais..





Foto 3-3- Vista da linha do trem que passa nos fundos da área do empreendimento



Foto 3-4- Vista da linha do trem que passa nos fundos da área do empreendimento

De um modo geral, as residências estão em estado precário, já que os moradores não fazem reformas nem manutenções.



3.2.1.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS NATURAL E CULTURAL, NAS ESFERAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL NA ÁREA DE ESTUDO, ESPECIALMENTE NA FRAÇÃO URBANA E NO RAIO DE 300 m, CONTADOS DO PERÍMETRO DO EMPREENDIMENTO.

#### Patrimônio Natural

Foi realizada uma visita em campo a fim de verificar a existência de cursos de água e outros patrimônios naturais no entorno do empreendimento em um raio de 300 metros. Não foi encontrado nenhum patrimônio natural. A figura abaixo representa as unidades aquíferas na Área de Influência Indireta (AII) do empreendimento.



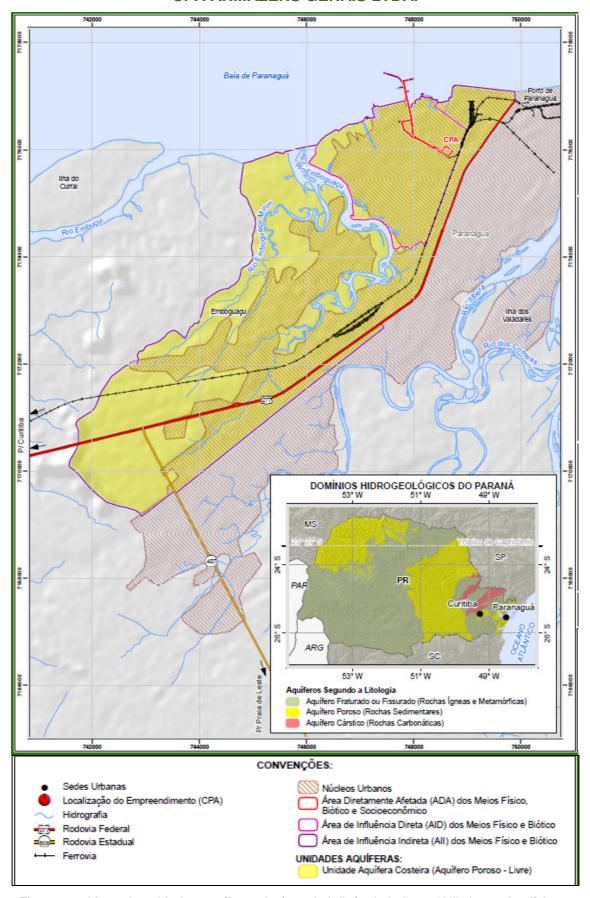


Figura 3-7: Mapa de unidades aquíferas da área de influência indireta (AII) dos meios físico e biótico.





#### Patrimônio Cultural

#### Museu no Prédio Histórico da antiga Alfândega de Paranaguá

O antigo prédio foi construído em 1903. Sua arquitetura eclética de estilo Romano-Renascentista com origem no final do século XIX e início do século XX foi utilizado como Alfândega do município de Paranaguá de 1910 até 1975. Devido ao estado precário de conservação do edifício houve a necessidade de reformas e funciona atualmente como Agência da Receita Federal. A imagem externa do museu está apresentada na foto 3-8.



Foto 3-5 - Museu no Prédio Histórico da antiga Alfândega de Paranaguá.

Fonte: Grupo Index, 13 de junho de 2014.



#### Santuário Nossa Senhora do Rocio.

Construído em 1813 o Santuário, no bairro do Rocio, está localizado em frente à Baía de Paranaguá próximo a zona portuária do município. Em frente ao Santuário está a Praça da Fé, construída em 1999 e possui uma grande área para recepcionar os fiéis nos dias de festivais e missas.

O Santuário passou por várias reformas ao longo dos anos a fim de se preservar suas características arquitetônicas. E anualmente recebe milhares de visitantes nas missas e festivais que são celebrados nesta região.

Paranaguá possui uma grande importância econômica para todo o Estado do Paraná devido à ampla capacidade do seu Porto que possibilita a importação e exportação de centenas de toneladas de produtos produzidos no país no segundo Portos mais movimentados do país. Além do importante papel econômico do município, existe também sua importância histórica e seus valores naturais e culturais que o município proporciona. Possuindo um Além do Centro Histórico com seus prédios tombados e suas Igrejas do século XVIII, do município de Paranaguá saem embarcações turísticas para diversas ilhas de preservação ambiental existentes na Baía de Paranaguá.

Com intuito de preservar seus patrimônios culturais, a Lei Complementar nº 062/07 em seu Artigo 45 delimitou a Zona de Interessa Patrimonial e Turístico - ZIPT, como sendo

"[...] uma área formada por conjunto de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção é necessária à preservação da memória da cidade, do patrimônio cultural do Município e ao desenvolvimento de atividades econômicas ligadas ao turismo.[...]"

A área delimitada pela Legislação visa garantir a preservação da paisagem urbana e recuperar as características naturais dos monumentos e prédios existentes, sendo que, qualquer intervenção urbana deverá estar em harmonia com as construções já existentes, obedecendo as características atuais, como o alinhamento, o material utilizado e os elementos paisagísticos.



#### Patrimônio Arqueológico

O patrimônio arqueológico brasileiro está sob a proteção da Constituição Federal e tem na Lei Federal nº 3.924/1961 seu instrumento jurídico específico.

Entretanto, é a Portaria 230-IPHAN/2002 que normatiza os procedimentos a serem adotados pelos estudos de arqueologia preventiva, concatenando-os com todas as etapas do licenciamento ambiental dos empreendimentos potencialmente impactantes.

No caso do empreendimento em pauta, a eventual necessidade da realização de estudos de arqueologia está disciplinada tanto na legislação em vigência quanto na potencialidade regional para ocorrência de sítios arqueológicos pré-coloniais (sambaquis) e históricos (desde o século XVI).

Pode-se mencionar apenas um exemplo do patrimônio cultural/arqueológico já cadastrado em Paranaguá. Trata-se do sambaqui Porto dos Padres, o qual se encontra atualmente **totalmente destruído** (PARELLADA & NETO, 1993).

Contudo, em diversos outros locais do Município de Paranaguá, mesmo em áreas densamente urbanizadas, há notícias de material arqueológico, como a reportada por CHMYZ (2002), em que menciona o sítio cerâmico guarani PR P 67: "(...) foi seriamente danificado pela construção da Rodovia BR277 e pela Ferrovia que conduz às instalações portuárias."

O que se verifica, no caso específico do empreendimento em pauta, é que, apesar de a área estar antropizada, faz-se necessária a implementação de um Projeto de Pesquisa não interventivo, o qual já foi protocolado junto ao IPHAN sob o nº 01508.000605/2013-85 / 01508.000993/2013-2 e está sob análise da referida entidade.

Ressalta-se que o grau de alteração do ambiente original já verificado na área diretamente afetada do empreendimento anula as possibilidades de se registrarem novas evidencias arqueológicas na área do empreendimento. Vale apena reforçar que tais metodologias referem-se, no presente momento, apenas à linha conceitual de trabalho proposta e submetida à aprovação do IPHAN.



Abaixo estão os mapas referentes às unidades de conservação, áreas indígenas e sítios arqueológicos.

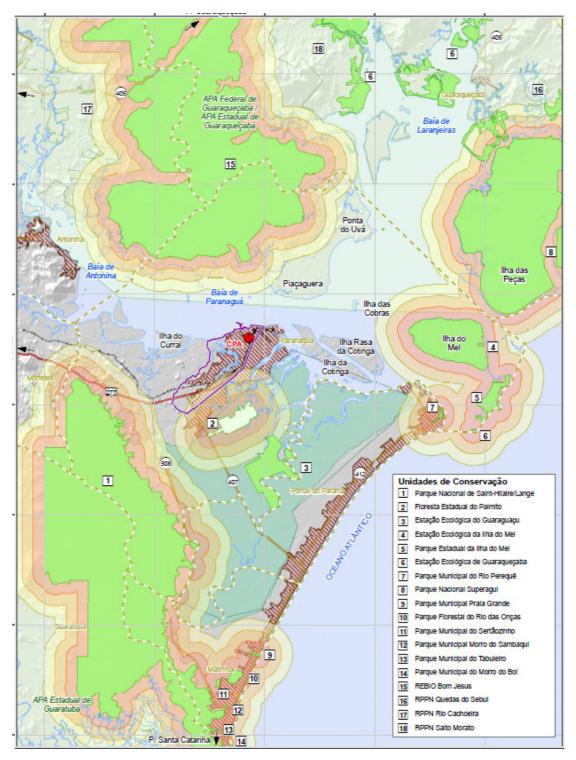


Figura 3-8: Localização das unidades de conservação

Fonte: Envex 2013.





Figura 3-9: Localização das áreas indígenas e sítios arqueológicos

Fonte: Envex 2013 Página **54** de **125** 



#### 3.2.1.4 MAPEAMENTO DA VEGETAÇÃO EXISTENTE.

Na ADA do empreendimento, não foram registradas espécies arbóreas ou arbustivas que pautassem um mapeamento. Mesmo antes da instalação, o local já estava desprovido de vegetação.

# 3.2.1.5 INDICAÇÃO DA ARBORIZAÇÃO URBANA/VIÁRIA.

A arborização urbana é na forma mais simples um conjunto de terras urbanas com cobertura arbórea que uma cidade apresenta (BONAMETTI, 2003). Segundo a Companhia Paranaense de Energia (2013), a arborização urbana é definida como toda vegetação que compõe o cenário ou a paisagem urbana, sendo dividida em áreas verdes (parques, bosques e praças) e arborização de ruas (vias públicas).

A vegetação urbana traz benefícios como conforto térmico, bem estar psíquico e psicológico das pessoas, melhora na qualidade do ar, reduz o impacto de fenômenos naturais sobre a urbe, como chuva e vento, diminui a poluição sonora, fornece fonte de alimento e abrigo para a avifauna e melhoria do efeito estético.

A vegetação viária é ainda muito importante para a integração dos parques e das áreas verdes urbanas, funciona como corredor para fauna, reduzindo o problema de isolamento, colaborando assim com a natureza (CAVALHEIRO, 1991).

A espécie introduzida no ambiente urbano encontra diferenças para com um ambiente natural, como solos compactados, poluição e limitações do espaço aéreo e subterrâneo. Assim uma espécie ideal é aquela que atenta aos seguintes critérios:

- Resistência contra pragas e doenças;
- Desenvolvimento médio, pois uma espécie de desenvolvimento rápido não terá uma boa resistência quando adulta e uma de desenvolvimento lento ficará mais tempo exposta a injúrias e vandalismo (BIONDI; ALTHAUS, 2005).



Para o seu adequado planejamento, é necessário definir as espécies arbóreas mais apropriadas às condições específicas de cada local a partir de seus usos e funções, bem como de eventuais obstáculos e elementos conflitantes.

Esse procedimento, além de promover as melhores condições de desenvolvimento e conservação das árvores, contribui para a prevenção de possíveis acidentes e transtornos à mobilidade, visa reduzir gastos de manutenção e procura evitar futuras remoções de árvores inseridas em locais inapropriados.

Os propósitos, e, sobretudo, no sentido da melhoria da qualidade ambiental, em reposta ao acelerado processo de crescimento da cidade com acentuada impermeabilização do solo que provocam o aquecimento da cidade e agrava a problemática da drenagem urbana.

Finalmente, cabe registrar a necessidade de melhoria da mobilidade nos espaços públicos mediante ações como:

- Observar o levantamento das áreas verdes da cidade, priorizando os bairros com maior déficit arbóreo;
- Respeitar o patrimônio ambiental e histórico-cultural da cidade;
- Envolver a população, de modo a sensibilizá-la sobre a importância da conservação dos projetos de arborização;
- Garantir espaço para a mobilidade humana;
- Melhorar as condições de permeabilidade do solo e proporcionar tratamento às paisagens, contribuindo para a melhoria da qualidade do espaço urbano;
- Utilizar preferencialmente espécies nativas, conforme estabelecido em legislação específica;
- Dar preferência à utilização de espécies típicas das zonas fitogeográficas da cidade;
- Diversificar as espécies utilizadas, como forma de assegurar a estabilidade e a preservação da vegetação urbana e de aspectos paisagísticos locais;



- Apresentar a descrição das espécies a ser utilizadas, o porte das mudas, seus locais específicos de instalação, o tamanho das covas para o plantio, a maneira correta de preparo do solo agrícola e a forma do canteiro definitivo;
- Considerar o porte das espécies escolhidas, quando adultas, para definir sua distância em relação às construções e demais mobiliários urbanos;
- Considerar, preliminarmente, a possibilidade de readequação dos equipamentos urbanos, ao invés da adoção de serviços de poda ou de remoção, caso ocorram interferências entre os equipamentos públicos e a arborização;
- Estabelecer corredores ecológicos urbanos conectando áreas verdes adjacentes, sempre que possível, em especial, as Unidades Protegidas.

São pré-requisitos à elaboração de projetos de arborização em áreas públicas (projetos públicos ou privados), o levantamento e o mapeamento dos seguintes elementos:

- Caracterização do logradouro, considerando, sobretudo, o que estabelece a legislação vigente (ex: corredores de transporte, hierarquização da via, acessibilidade e mobilidade);
- Equipamentos e redes de infraestrutura (aérea, superficial e subterrânea);
- Mobiliário e sinalização urbana;
- Vegetação arbórea existente.

#### Arborização de passeios em Vias Públicas.

A arborização de passeios em vias públicas deverá considerar a largura do passeio, o livre trânsito de pedestres e a relação com os demais componentes do passeio, para o adequado desenvolvimento do arboreto.

Deve-se incentivar nos projetos de arborização a implantação de calçadas verdes ou ecológicas, cujo objetivo é reduzir a impermeabilização dos passeios públicos e privados, através da utilização de material permeável



como, por exemplo, faixas de gramados, em consonância com a arborização da área pavimentada.

Nos casos em que não haja possibilidade de arborização da via, recomenda-se a elaboração de projetos que promovam o plantio de árvores em áreas particulares (jardins e quintais), bem como o plantio de espécies arbustivas conduzidas.

São preceitos básicos da arborização nas vias públicas:

- Maximização da permeabilidade e aeração do solo exigência de piso drenante;
- Respeito às regras da acessibilidade (circulação) garantia de faixas mínimas de circulação, inclusive para pessoas com necessidades especiais, variáveis conforme as circunstâncias do local: largura do passeio / recuo das edificações / porte das árvores especificadas;
- Adequação da especificação e do espaçamento entre as árvores –
   Prioridade para espécies nativas, arbóreas ou arbustivas conduzidas /
   adequação climática / adequação paisagística observadas as restrições a espécies com sistemas de raízes inadequados, com excessiva demanda de poda, galhos frágeis ou quebradiços, bem como vulnerabilidade ao ataque de pragas;
- Respeito às recomendações de manutenção e formação da árvore durante o crescimento.

Indicação da arborização viária no acesso à ADA do empreendimento.

Os acessos à área em estudo não possuem uma arborização viária planejada, existem alguns canteiros e algumas árvores isoladas em vias públicas.



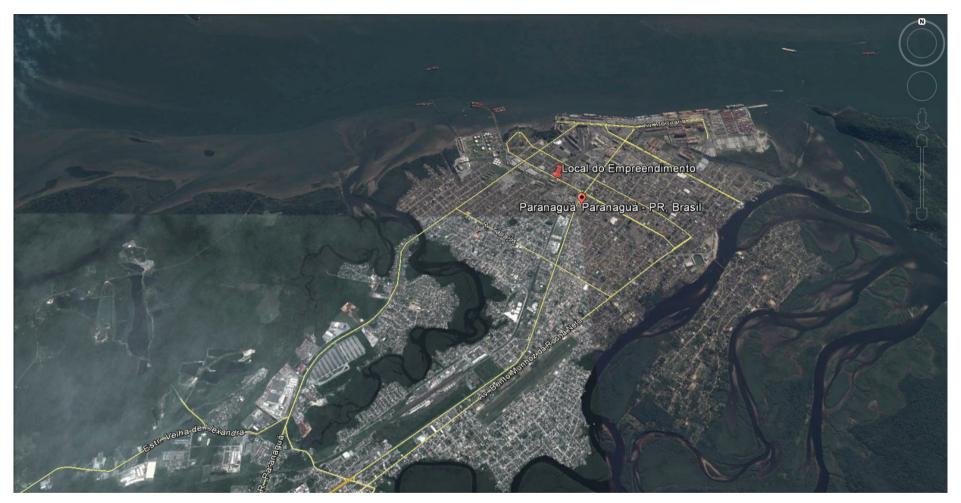


Figura 3-10 - Imagem da cidade de Paranaguá e localização do empreendimento.





Figura 3-11 - Imagem do acesso a área pela rodovia Governador Ney Braga. Pode-se observar que não existem arborizações planejadas no local.



Figura 3-12 - Imagem do acesso a área pela rodovia Governador Ney Braga. Pode-se observar que não existem arborizações planejadas no local.



Figura 3-13 - Imagem do acesso a área pela rodovia Governador Ney Braga. Pode-se observar que não existem arborizações planejadas no local, a não ser no canteiro central, nesse ponto.





Figura 3-14 - Imagem do acesso a área pela Rua Senador Atilio Fontana, observa-se que não existem arborizações viárias nesse ponto da via.



Figura 3-15 - Imagem do acesso a área pela Rua Senador Atilio Fontana, observa-se que não existem arborizações viárias nesse ponto da via.



Figura 3-16 - Imagem do acesso a área pela Av. Bento Munhoz da Rocha, observa-se que não existem arborizações viárias nesse ponto da via.





Figura 3-17 - Imagem do acesso a área pela Av. Bento Munhoz da Rocha, observa-se que não existem arborizações planejadas no local. Ocorre a incidência de alguns espécimes nas ruas e residências.



Figura 3-18 - Imagem da Rua José Cadilhe ao lado do empreendimento, observa-se que neste ponto a via publica é desprovida de arborização, apenas alguns espécimes nas residências.





Figura 3-19 - Imagem da Rua José Cadilhe ao lado do empreendimento, observa-se que não existem arborizações planejadas no local.



Figura 3-20 - Imagem da Av. Cel. Santa Rita em frente ao empreendimento, observa-se que não existem arborizações planejadas no local. Ocorre a incidência de alguns espécimes nas ruas e residências.





Figura 3-21- Imagem da Av. Cel. Santa Rita em frente ao empreendimento, observa-se que não existem arborizações planejadas no local. Ocorre a incidência de alguns espécimes nas ruas e residências.

# 3.2.1.6 RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DA PAISAGEM NATURAL E URBANA ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.

Na área utilizada para a implantação e operação da CPA, anteriormente havia a instalação de um barracão de logística e algumas residências próximas, conforme se pode verificar nas imagens abaixo:



Figura 3-22 – Imagem da área do empreendimento anterior à sua implantação.





Figura 3-23 – Imagem aproximada da área do empreendimento anterior à sua implantação.

# 3.2.1.7 LEVANTAMENTO DOS USOS DE TODOS OS IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES EXISTENTES.

O terminal da CPA está localizado em área urbana da cidade de Paranaguá, na quadra oeste do encontro das Ruas José Cadilhe e Coronel Santa Rita. Foi executado um levantamento para identificação e cadastro das ocupações nas proximidades do empreendimento, abaixo estão os dados extraídos desse levantamento (Distanciamento do Perímetro do empreendimento à Vizinhança):



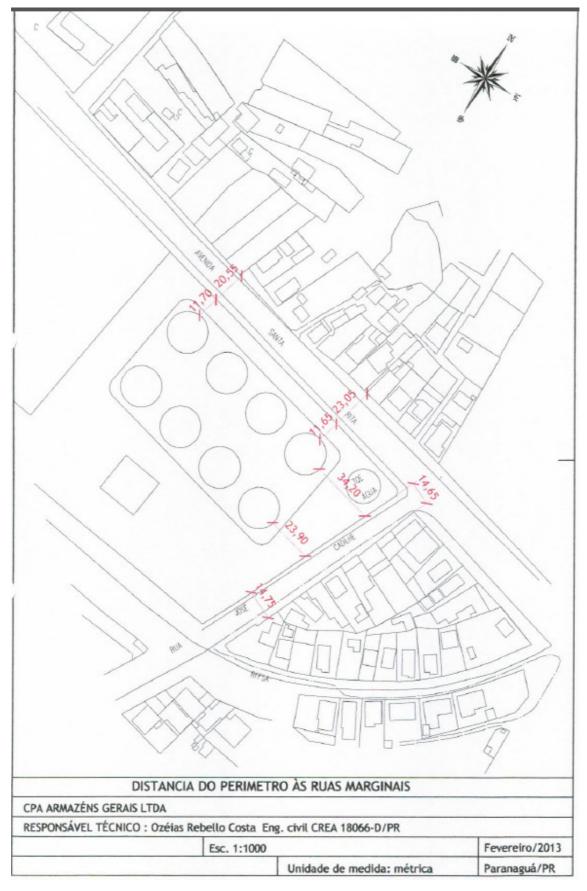


Figura 3-24 – Distância do perímetro do empreendimento à vizinhança.





Figura 3-25 - Imóveis próximos ao empreendimento.





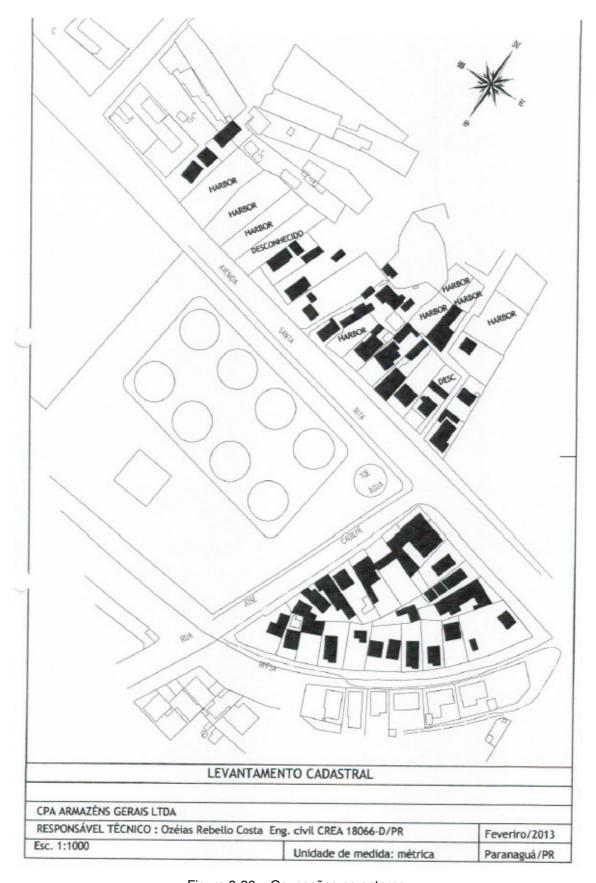


Figura 3-26 – Ocupações no entorno.

Página **68** de **125** 





Figura 3-27 - Identificação dos imóveis na Av. Cel. Santa Rita. Página **69** de **125** 





Figura 3-28 - Identificação dos imóveis no entorno do ramal ferroviário – Av. Cel. Santa Rita – Rua José Cadilhe.



A relação abaixo apresenta, por sua vez, os nomes dos moradores da Av. Cel. Santa Rita localizados mais próximos ao terreno do Terminal da CPA e que foram devidamente identificados e mapeados pela empresa:

- 1A: LEONI RICARDO;
- 1B: CARLOS ANTONIO DA SILVA;
- 2: LEONILDES BATISTA CAPETA;
- 3A: CRISTINA ROCHA RICARDO;
- 3B: MARCIO ROCHA RICARDO;
- 4: DENILSON RODRIGUES MALAQUIAS;
- 5: GIVALDO OLIVEIRA DA SILVA;
- 6A: R&C ASSESSORIA LOCATÁRIO;
- 6B: PAULO ROBERTO ALVES PEREIRA LOCATÁRIO;
- 7A: RITA DE CASSIA;
- 7B: ANDREA REGINA TIMOTEO DOS SANTOS;
- 8A: MARIA DOLORES CORDEIRA;
- 8B: MAURI CORDEIRO;
- 9: MARIA DA LUZ DOS SANTOS;
- 10A: ODETE DE OLIVEIRA MARONITTI (FALECIDA);
- 10B: CASA DESOCUPADA JORGE DE OLIVEIRA MARONITTI;
- 10C: CASA DESOCUPADA CLAUDETE OLIVEIRA MARONITTI;
- 11A: LUCIANO RICARDO DA SILVA;
- 11B: RICARDO LUIZ DA SILVA;
- 12: CASA DESOCUPADA ELISABETE DE OLIVEIRA MARONITTI;
- 13: CASA DESOCUPADA JAIR DE OLIVEIRA MARONITTI;
- 14: SILANE DA SILVA CONCEIÇÃO;
- 15: OSNI DE OLIVEIRA DA SILVA;
- 16: CASA DESOCUPADA ANGELINA FORCATO;
- 17: SILVIO DE MORAES:
- 18: ROSELI MORAES;
- 19A: PRESCILIANO MORAES NETO;
- 19B: CASA DESOCUPADA NERINA MORAES;
- 20A: JORGE NICOLAU FILHO;
- 20B: JOÃO ROCHA;
- 20C: OLIVIA PIRES;
- 21A: ROSIDETE DE OLIVEIRA MARONITTI;



21B: JULIANA MARONITTI;

21C: CLAUDIONETE DE OLIVEIRA MARONITTI;

22A: CASA DESOCUPADA - REGINA DO ROSARIO RIBAS;

22B: CASA DESOCUPADA - REGINA DO ROSARIO RIBAS;

3.2.1.8 QUALIDADE DO AR

Os resultados do estudo da qualidade do ar mostraram que a perda total de produtos no terminal foi de 3,943 m³, principalmente por volatização. Esse volume representa uma massa de 3.111 kg e uma taxa de emissão média de 0,661 kg/hora ou 0,184 g/s. Este é o valor de entrada para o modelo de dispersão.

Os resultados da modelagem mostraram que o valor máximo calculado é de apenas 0,639% do valor recomendado pelo NIOSH em toda a área do entorno.

Segundo a conclusão dos estudos do LACTEC, a avaliação dos cenários simulados mostrou que a emissão fugitiva, mesmo no cenário mais crítico simulado, não causa qualquer risco nem para a saúde da população no entorno, nem dos trabalhadores do terminal, nem para o meio ambiente, o anexo 7.21 apresenta o estudo de qualidade do ar.



#### 3.2.2 MEIO BIOLÓGICO.

#### 3.2.1.9 FAUNA.

O empreendimento, desde a sua instalação até a operação, não interferiu na fauna terrestre, visto que o local já estava atropizado e que já havia outras atividades no local anteriormente.

#### Fauna da ADA

O empreendimento encontra-se em operação e não existe cobertura vegetal na área. Foram observadas apenas espécies da avifauna, comuns em áreas urbanizadas, dentre elas:

- joão-de-barro (Furnarius rufus);
- sabiá (Turdus rufiventris);
- carancho (Polyborus plancus);
- quero-quero (Vanellus chilensis);
- rolinha (Columbina talpacoti);
- urubu (Coragyps atratus);
- siriri (Tyrannus savana);
- andorinha (Notiochelidon cyanoleuca);
- pomba-doméstica (Columba livia).

Essas espécies são consideradas aves tipicamente urbanas (MATARAZZO-NEUBERGER, 1992; ROSÁRIO,1996), e têm a expansão de suas populações provavelmente favorecida pelas atividades antrópicas.



#### Fauna da AID e AII:

#### Anurofauna:

O bioma Floresta Atlântica abriga 65% das mais de 600 espécies de anfíbios conhecidos para o Brasil (HADDAD 1998). Estima-se que 24% deste percentual represente espécies endêmicas dessa formação vegetacional (HADDAD & ABE 1999). Atualmente, existem 16 espécies de anfíbios enquadradas em alguma categoria de ameaça de extinção segundo a lista nacional (MMA 2003).

WISTUBA (2004) estimou um total de 33 espécies de anfíbios anuros com provável ocorrência na área de influência do porto de Paranaguá, no entanto estudos detalhados no local do empreendimento podem revelar as espécies mais susceptíveis aos impactos negativos da implantação.

Nos últimos anos, tem se tornado nítido o desaparecimento de espécies de anfíbios mesmo em áreas protegidas. Em decorrência deste fato, pesquisas foram desenvolvidas com o objetivo de identificar os possíveis fatores responsáveis pelo desaparecimento dos anfíbios. Segundo SANTOS *et al.* (2008), as principais causas da redução ou extinção das populações de anfíbios aparentemente são as mudanças climáticas globais (CAREY & ALEXANDER 2003), a perda de hábitat, a introdução de espécies exóticas (KATS & FERRER 2003), os agentes parasitários e a poluição (DASZAC *et al.* 2003).

O Brasil é um dos países com maior biodiversidade de anfíbios do mundo, abrigando um total conhecido de 776 espécies (SBH 2005). Apesar dessa grande riqueza, os estudos populacionais de longo prazo são bastante escassos (JUNCÁ 2001).



#### Avifauna:

A avifauna da Mata Atlântica brasileira conta com aproximadamente 1.023 espécies registradas (MMA, 2000). Destas, 90 espécies são endêmicas do Brasil e 54 endemismos do próprio bioma (MARINI & GARCIA, 2005).

Atualmente em razão das inúmeras alterações antrópicas ocorridas na Mata Atlântica esta contém 75,6% das espécies ameaçadas de extinção e endêmicas do Brasil, fazendo deste bioma o mais crítico para conservação de aves no país (MARINI & GARCIA, 2005).

O programa de IBAs (*Important Bird Areas*) é uma iniciativa global que visa identificar e proteger as áreas mais importantes para a conservação das aves e seus hábitats em todo o mundo. Na região das Américas, a *Bird Life International* deu início ao Programa de Áreas Importantes par a Conservação das Aves no ano de 1995 (WEGE & GOERCK 2006). No Brasil, devido às dificuldades de se implementar o programa em todas as regiões do país, a Mata Atlântica foi escolhida entre os biomas brasileiros como o ponto de partida para a identificação das IBAs (BENCKE *et al.* 2006). Conforme os critérios para a identificação destas áreas, como presença de espécies globalmente ameaçadas de extinção, espécies de distribuição restrita, espécies restritas ao bioma e espécies congregantes, a Floresta Atlântica é considerada uma região extremamente importante sob o aspecto conservacionista.

Em toda a área de abrangência do Programa de IBAs no Brasil, quatro encontram-se próximas à área de influência do empreendimento: o Rio Guaraguaçu, a Ilha dos Currais, o baixo curso do rio Nhundiaquara e a região de Guaraqueçaba/Jacupiranga/Cananéia (BENCKE *et al.* 2006).

Segundo MMA (2000), das 1.023 espécies de aves citadas para a Mata Atlântica, 188 são endêmicas, e 104 estão ameaçadas de extinção, indicando a relevância do bioma na conservação da biodiversidade.

No Estado do Paraná, ocorrem 764 espécies de aves, incluindo as possibilidades marginais de ocorrência (SCHERER-NETO e STRAUBE, 1995), sendo citadas 385 espécies para a Floresta Atlântica paranaense e em seus ambientes associados (SCHERER-NETO *et al.*, 1995).



As Formações Pioneiras de Influência Flúvio-Marinha representam um ecossistema fundamental para um grande número de espécies, seja fornecendo abrigo ou como sítio de alimentação (MANN, 1982). No entanto, poucos estudos ornitológicos foram conduzidos neste tipo de ambiente. Algumas publicações retratam a comunidade de aves de manguezais no sudeste e sul do Brasil (ARAÚJO & MACIEL, 1977; MORAES & KRUL, 1995; ALVES *et al.*, 1997; OLMOS & SILVA, 2001; MESTRE *et al.* 2007), e apesar da região estuarina de Paranaguá ser uma das mais importantes do sul do país, poucos estudos foram realizados nessa área (MORAES & KRUL, 1995; MESTRE *et al.* 2007).

A comunidade de aves da baía de Paranaguá é umas das mais ricas dos manguezais brasileiros atualmente estudados (MESTRE *et al.* 2007). Essa riqueza e diversidade de aves certamente está relacionada à presença de áreas expressivas de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas contíguas aos manguezais (OLMOS & SILVA, 2001). Áreas florestais em bom estado de conservação, como na Floresta Estadual do Palmito e na Estação Ecológica do Guaraguaçu, dão suporte para a ocorrência de muitas espécies ameaçadas nos manguezais próximos à área do porto. Toda essa macroregião de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e Formações Pioneiras de Influência Flúvio-Marinha no entorno de Paranaguá é uma área riquíssima em espécies da fauna, e deve ser conservada.

Ambientes presentes na área estuarina da baía de Paranaguá são extremamente relevantes para muitas espécies da avifauna local, inclusive aves migratórias e espécies ameaçadas de extinção (MESTRE et al. 2007).

Nas áreas de influência do empreendimento foram observadas aves como o trinta-réis (*Sterna hirundinacea*, *Thalasseus* spp.), biguás (*Phalacrocorax brasilianus*), atobás (*Sula leucogaster*) o pardal (*Passer domesticus*), garças (*E. caerulea*, *Egretta thula*, *Ardea cocoi* e *A. alba*), tesourão (*Fregata magnificens*), o joão-de-barro (*Furnarius rufus*), o sabiá (*Turdus rufiventris*), o carancho (*Polyborus plancus*), o sebinho (*Coereba flaveola*), o quero-quero (*Vanellus chilensis*), a rolinha (*Columbina talpacoti*), a corruíra (*Troglodytes aedon*), o tico-tico (*Zonotrichia capensis*), o pica-pau-docampo (*Colaptes campestris*), o beija-flor (*Aphantochroa cirrochloris*), o



sanhaço (*Thraupis sayaca*), o chupim (*Molothrus bonariensis*), o urubu (*Coragyps atratus*), a alma-de-gato (*Piaya cayana*), o siriri (*Tyrannus savana*), a coruja-do-campo (*Speotyto cunicularia*), o anu-branco (*Guira guira*), a andorinha (*Notiochelidon cyanoleuca*), o coleirinho (*Sporophila* sp.), o tiziu (*Volatinia jacarina*), a pomba-amargosinha (*Zenaida auriculata*) e a pomba-doméstica (*Columba livia*). Algumas aves registradas são consideradas generalistas, e utilizam muitas vezes áreas alteradas para forrageamento e também como locais de reprodução.

Entre as 30 espécies observadas nas áreas de influência direta e indireta, algumas foram frequentes nas observações na área de influência direta do empreendimento, ou seja, são espécies que compõem efetivamente a comunidade biótica deste ambiente. Dentre estas espécies, destacam-se o trinta-réis-de-bando (*Thalasseus sandvicensis*), o biguá (*Phalacrocorax brasilianus*), a garça-azul (*Egretta caerulea*), o talha-mar (*Rhynchops niger*), o urubu-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*), o trinta-réis-de-bico-vermelho (*Sterna hirundinacea*), o trinta-réis-real (*Thalasseus maximus*), o gaivotão (*Larus dominicanus*) e quero-quero (*Vanellus chilensis*), o joão-de-barro (*Furnarius rufus*), o sabiá (*Turdus rufiventris*), a corruíra (*Troglodytes aedon*), o pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*), a rolinha (*Columbina talpacoti*) e as pombas do gênero (*Columba*).

MESTRE *et al.* (2007) caracterizam a comunidade de aves de manguezais na baía de Paranaguá e compararam três áreas a diferentes distâncias da cidade e do porto, onde detectaram a presença de 81 espécies. Segundo este estudo, a maioria das espécies de aves ali registrada é considerada residente, ou seja, permanece na região durante todas as etapas de seu ciclo de vida. Foi constatado que 50% do total das espécies registradas nos manguezais de Paranaguá também ocorrem na restinga, o que indica a importância da conservação desta formação vegetacional na região. As espécies exclusivas dos mangues representaram 26%.

Espécies mais abundantes na AID.



Conforme os dados primários obtidos em campo durante a visita ao local, as espécies de aves mais abundantes em áreas naturais da área de influência direta são: o trinta-réis-de-bando (*Thalasseus sandvicensis*), o talhamar (*Rynchops niger*), o biguá (*Phalacrocorax brasilianus*), a garça-azul (*Egretta caerulea*), o urubu-de-cabeça-preta (*Coragyps atratus*), o trinta-réis-de-bico-vermelho (*Sterna hirundinacea*), o trinta-réis-real (*Thalasseus maximus*), o gaivotão (*Larus dominicanus*) e quero-quero (*Vanellus chilensis*).

Já em áreas alteradas, com influência antrópica as espécies mais comuns são os exóticos pombo-doméstico (*Columba livia*) e pardal (*Passer domesticus*).

#### Herpetofauna:

A herpetofauna da região da baía de Paranaguá é considerada muito bem conhecida em virtude de diversas pesquisas realizadas principalmente na última década. Existem informações reunidas para o Estudo de Impacto Ambiental para a ampliação do porto, trabalhos desenvolvidos para o Plano de Manejo da Reserva Natural do Rio Cachoeira, em Antonina, e um projeto entitulado Levantamento e Distribuição da Herpetofauna da Região Atlântica Paranaense (MORATO *et al.* 2004).

Segundo MORATO (2004), no caso da região sob estudo, as espécies correspondem àquelas típicas da planície litorânea e da baia de Paranaguá, em especial aquelas associadas à Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, restingas, manguezais e ecossitemas marinhos, que em maior ou menor escala serão afetados pelo empreendimento. O mesmo autor registrou a presença de 21 espécies terrestres na área a ser afetada, sendo um crocodiliano, quatro lagartos, um anfisbenídeo e 15 serpentes, além de um quelônio de água doce.



#### Mastofauna:

Embora sejam escassos os estudos na maior parte do Estado, muito conhecimento sobre a mastofauna paranaense tem sido acumulado nos últimos anos, a partir das últimas duas décadas, como demonstrou MIRETZKI (1999). Somente em 1981 surgiu a primeira lista mamíferos do Paraná, que apontou a ocorrência de 152 espécies para o Estado (LANGE & JABLONSKI 1981); este número posteriormente aumentou para 176 espécies (MIRETZKI, dados inéditos *in* MARGARIDO & BRAGA 2004).

De maneira geral, a região a ser afetada pelo empreendimento (AID e AII), destacando-se as formações pioneiras de influência flúvio-marinha (manguezais) e os remanescentes florestais expressivos da Floresta Ombrófila Densa, oferecem diversidade de ambiente de extrema importância para inúmeras espécies da fauna. Manguezais, no entanto, parecem desfavorecer a existência de mamíferos, mesmo aqueles de pequeno porte (CEM, 2004). Segundo este autor poucos mamíferos terrestres ou semiaquáticos possuem as adaptações necessárias para a vida nos manguezais, tanto com relação à sua natureza física, com solos lodosos e emaranhados de raízes (que dificulta a locomoção dos mamíferos) como a estrutura simplificada da sua vegetação (que restringe a variabilidade de nichos disponíveis).

Considerando estudos já realizados na região, pode-se dizer que 53 espécies de mamíferos podem ocorrer nas áreas de influência do empreendimento. É importante dizer que a realização de inventários faunísticos *in loco* pode contemplar novas ocorrências para a região, especialmente das Ordens Didelphimorphia, Chiroptera e Rodentia.

#### MEIO ANTRÓPICO.

3.2.1.10 IDENTIFICAÇÃO DE DADOS SOCIOECONÔMICOS.

POPULAÇÃO.

Ø.

Segundo dados do IBGE, a população estimada de Paranaguá no ano de 2013 era de 148.232 habitantes.

Tabela 3-1 – População residente de Paranaguá.

População residente	140.469	pessoas
População residente - Homens	69.306	pessoas
População residente - Mulheres	71.163	pessoas
População residente alfabetizada	122.364	pessoas
População residente - creche ou escola	45.305	pessoas
População residente, religião católica apostólica romana	59.638	pessoas
População residente, religião espírita	1.476	pessoas
População residente, religião evangélicas	53.731	pessoas
Fonto: IRGE Conco Domográfi	00.2010	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Tabela 3-2 - Evolução Populacional.

Ano	Paranaguá	Paraná	Brasil
1991	107.675	8.448.713	146.825.475
1996	124.193	8.942.244	156.032.944
2000	127.339	9.563.458	169.799.170
2007	133.559	10.284.503	183.987.291
2010	140.469	10.444.526	190.755.799

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

Tabela 3-3 - Pirâmide Etária.

		Tabela 0 0	i ilaliliac i	-taria.		
Idade	Parar	naguá	Par	aná	Bra	asil
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	4.525	4.401	289.470	279.936	5.638.154	5.444.151
5 a 9 anos	6.252	6.033	390.883	377.509	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	7.075	6.852	463.552	445.519	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	6.558	6.471	469.762	458.869	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	5.835	5.918	451.739	449.593	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	5.866	6.068	436.675	443.557	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	5.414	5.749	410.438	425.939	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	5.304	5.323	384.351	403.019	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	4.934	5.161	372.379	394.269	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	4.542	4.599	336.461	363.723	5.691.791	6.141.128
50 a 54 anos	3.514	3.655	282.641	309.977	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	2.733	2.975	231.993	256.686	3.902.183	4.373.673

Página 80 de 125



60 a 64 anos	1.977	2.294	180.838	201.289	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	1.377	1.654	133.729	151.451	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	1.119	1.247	99.314	114.342	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	684	826	64.121	80.272	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	320	506	36.887	50.561	668.589	998.311
85 a 89 anos	140	257	15.588	23.876	310.739	508.702
90 a 94 anos	39	78	4.945	8.998	114.961	211.589
95 a 99 anos	5	22	1.273	2.538	31.528	66.804
+ de100 anos	1	4	313	620	7.245	16.987

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 201

#### DENSIDADE.

Segundo dados do IBGE, a densidade demográfica de Paranaguá no ano de 2013 era de 169,92 habitantes por km<sup>2</sup>.

## AVALIAÇÃO DAS TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO DA ÁREA.

A taxa de crescimento de Paranaguá entre os anos de 2000 e 2010 foi de 0,99%, abaixo da taxa apresentada de 1991 a 2000, que foi de 2,49%. A Ilha de Valadares é a região que apresenta o maior crescimento, já que ela pode ser municipalizada e regularizada, aumentando em grande escala a população da ilha. A área próxima ao empreendimento está tendo um decréscimo populacional devido à política de retirada da população do entorno da área portuária.

Dessa forma, a área tende a concentrar somente as atividades industriais e portuárias.

3.2.1.11 CARACTERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO, CULTURAL, SAÚDE, LAZER E SIMILARES.



a. Níveis de serviço do atendimento à população antes da implantação do empreendimento.

Atualmente, há uma transformação social muito grande na área do empreendimento, já que muitos moradores estão sendo indenizados, pois ocupam uma área irregular e convivem com impactos negativos da área portuária. Dessa forma, a estrutura social vem sofrendo mudanças em um curto prazo de tempo.

Com relação à educação, duas escolas mais próximas atendem a população local, uma municipal e outra estadual:

- Escola Estadual Estados Unidos da América Avenida Gabriel de Lara, 1377;
- Escola Municipal Presidente Costa e Silva Rua Professor Viana Cleto. Escola Integral de 1ª a 4ª série com 159 alunos;
- Outra escola que atende alguns alunos da região é a Escola zunicipal Randolfo Arzua – Rua Alípio dos Santos – Estradinha (entre os bairros Vila Rute e Bockmann), contudo, ela é mais distante do empreendimento.

Já com relação à área da saúde, há apenas um posto de saúde na área próxima ao empreendimento, a Unidade de Saúde Bruno Balboni, que funciona de segunda a sexta das 9:0h0 até as 17:00h. Os casos mais graves vão para o Hospital Regional de Paranaguá. Atrás dessa Unidade fica um dos únicos lugares de lazer ainda em atividade da região para crianças, que é um campinho de futebol, conforme pode-se observar na foto abaixo.





Figura 3-29 - Campinho de futebol atrás da Unidade de Saúde Bruno Balboni.

Em relação a estabelecimentos e projetos culturais, a região não está desenvolvendo nenhuma ação estruturada desde que a associação de moradores da Vila Alboit foi desativada, em 2012. Segundo ex-diretores desta associação de moradores, as atividades prestadas por ela foram encerradas pela falta de apoio da institucional. A principal pauta da associação era ajudar a comunidade a partir de doações de brinquedos, festas de dia das mães, dia dos pais, bingos. Eles não tinham um espaço físico, portanto as reuniões aconteciam na casa de alguns membros da associação. Como não houve mais recursos institucionais os membros decidiram acabar com a associação. Contudo, ainda existem reuniões entre os moradores para decidir assuntos ligados a possíveis indenizações.

Um dos principais problemas da região é o da prostituição infantil em áreas próximas ao porto. Segundo um funcionário da prefeitura, com as indenizações e mudança dos moradores o problema diminuiu, mas ainda é expressivo principalmente nos bairros mais próximos, como Vila Alboit e Jardim Guadalupe.



A região do entorno é considerada segura segundo moradores entrevistados na pesquisa, tendo um batalhão da Polícia Militar no cruzamento na Rua Professor Cleto com a Avenida Governador Manoel Ribas.

# b. Demarcação de melhoramentos públicos aprovados por lei previstos na vizinhança do empreendimento.

A Lei Complementar nº60/2007 instituiu o Plano Diretor de desenvolvimento integrado de Paranaguá, instituindo seis leis que o compõem:

- I Lei do Perímetro Urbano;
- II Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;
- III Lei de Parcelamento do Solo Urbano:
- IV Lei do Sistema Viário;
- V Código de Obras e Edificações;
- VI Código de Posturas;
- VII Zoneamento Ecológico-Econômico Municipal.

A área do empreendimento está na Macrozona Urbana, de acordo com o Plano Diretor do Município. Neste zoneamento, se concentram o desenvolvimento e adensamento urbano. Como existem diferentes formas de ocupação urbana, a macrozona se subdivide e o empreendimento encontra-se na Zona de Interesse Portuário (ZIP), onde o uso é prioritariamente e preponderantemente de atividades portuárias e correlatas. O uso e a ocupação dessa zona devem respeitar as normativas estaduais e federais que lhe sejam pertinentes. Três recursos, se necessários, podem ser utilizados na ZIP, são eles, a utilização compulsória, o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, nos termos da lei específica. São objetivos dessa área: dar condições de desenvolvimento e incrementar as atividades portuárias além de concentrar atividades incômodas ao uso residencial e de risco ambiental de forma controlada (Arts. 39 e 40).



Dentre as políticas urbanas da região está, no artigo 26 do Plano Diretor, a promoção do desenvolvimento socioeconômico envolvendo município e porto, principalmente pelo fato de que este pode gerar emprego e renda. Há também políticas ambientais que tem como objetivo garantir a preservação, a conservação e a recuperação do ambiente natural com vistas a promover a qualidade de vida da população, incluindo políticas voltadas a implementação de saneamento básico.

Já o artigo 32 traz no capítulo IV – "Incentivar ações cooperadas entre APPA (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina), concessionárias da ferrovia e da rodovia, operadores de terminais privados e operadores portuários para melhoria e desenvolvimento do sistema logístico";

Com relação a política de circulação e transporte, no artigo 33, conta com quatro capítulos:

- "III Evitar a sobreposição dos tráfegos local, de longa distância e de cargas de maneira a melhorar o nível de serviço e a capacidade atual da malha viária redirecionamento dos fluxos Porto/Município/Litoral;
- IV Determinar um novo sítio aeroportuário para a implantação de linhas aéreas regulares para transporte de passageiros e exploração do transporte de cargas;
- V Dinamizar a capacidade da atual ferrovia, solucionar as limitações técnicas e operacionais dos pátios e ramais ferroviários que se encontra dentro do perímetro urbano e minimizar as interferências do modal ferroviário com o sistema viário e tráfego local;".

# 3.2.1.12 CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTES E CIRCULAÇÃO.

Do ponto de vista do sistema viário, o principal aspecto a ser considerado é a circulação de veículos de carga que fazem o transporte de granéis líquidos para o empreendimento e que serão posteriormente embarcados por via marítima. O impacto vinculado a este aspecto é o aumento



do uso do sistema viário, recurso que tem capacidade limitada e passível de causar transtornos aos usuários, como o congestionamento de vias. Como as cargas provem das regiões produtivas distantes, o meio de transporte utilizado é o rodoviário e o ferroviário.

No meio rodoviário o impacto pode atuar nas próprias rodovias como também nas vias do tecido urbano, onde o empreendimento está inserido.

a. Oferta de transporte (redes físicas, características dos serviços de transporte público e condições do transporte de carga).

Nas imediações do empreendimento passam quatro linhas regulares de transporte coletivo público.

- A Linha 10 Interbairros Horário passa na Avenida Coronel Santa Rita no sentido Centro-Bairro e na Avenida Bento Rocha no sentido Bairro-Centro. A linha faz 16 viagens, entre 06h00 e 00h00 de segunda à sexta-feira, 15 viagens nos sábados e 12 viagens nos domingos.
- A Linha 13 Circular Via Cais / Rodoviária passa na Avenida Bento Rocha no sentido Centro Bairro. A linha faz 35 viagens de segunda à sexta-feira, 27 viagens nos sábados e 19 viagens nos domingos, entre 06h00 e 00h00.
- A linha 14 Circular Via Colégio / Cais passa na Avenida Bento Rocha no sentido Bairro Centro. A linha faz 43 viagens de segunda à sextafeira, 26 viagens nos sábados e 17 viagens nos domingos entre 06h00 e 00h00.
- A linha 16 Madrugueiro passa na Avenida Bento Rocha no sentido
   Centro Bairro. A linha faz 4 viagens entre 01h00 e 05h30 todos os dias da semana.



b. Estrutura institucional existente (órgãos operadores de diversas modalidades de transporte coletivo existentes, legislação e regulamentação de cada um desses sistemas de transporte); aspectos gerais do sistema viário e de transportes: classificação do sistema viário e análise do sistema de transportes que serve ao empreendimento, considerar LC 64/2007.

O transporte coletivo no Município de Paranaguá é regulamentado pela Lei Ordinária Nº 2.815 de 19 de novembro de 2007 e operado pela Viação Rocio Ltda.

c. Delimitação da área de influência viária: associada ao levantamento do mercado competitivo, obtido do estudo de viabilidade econômica. Devem-se considerar alternativas de acessos viários, considerando situação atual, com bases em levantamentos (inclusive fotográficos) in loco e diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Municipal quanto ao zoneamento de uso e ocupação do solo (LC 62/2007) e sistema viário (LC 64/2007).

O principal acesso terrestre ao empreendimento se dá pela rodovia BR-277, a partir de Curitiba. Esta é uma rodovia de primeira classe em pista dupla, operada em regime de concessão pela Ecovia.

Alternativamente o empreendimento pode ser alcançado para quem vem do sul do Brasil pela Rodovia BR-101, a partir de Garuva/SC, seguindo pelas PR-412 e PR-508, passando por Guaratuba e Matinhos até atingir a BR-277. Este traçado tem limitações na travessia da Baia de Guaratuba que é operada por ferry botes.

Outro acesso com limitação é a partir da BR-116 pelas PR-410 e PR-411 até Morretes e depois pela PR-408 até a BR-277. O primeiro trecho é conhecido como Estrada da Graciosa e não permite o tráfego de veículos de carga.



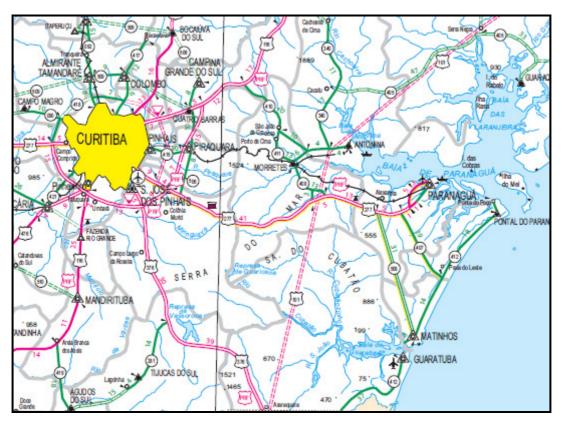


Figura 3-30 - Acessos Rodoviários (Mapa rodoviário do Paraná- DNIT 2002)

Pela BR-277, a partir de Curitiba, é possível acessar todo o sistema rodoviário nacional pelas rodovias:

- BR-116 norte a São Paulo e todo o norte do país;
- BR-116 Sul à Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- BR-376/101 à Santa Catarina e Rio Grande do Sul;
- BR-476 ao Sul e Sudoeste do Paraná:
- BR-376/277 Oeste todo o norte e oeste do Paraná e Estado do Mato Grosso;

A Lei Complementar Nº64- 2007 - "Dispõe sobre o Sistema Viário Básico do Município de Paranaguá, e adota outras providências", define a classificação viária no município.



A Avenida Coronel Santa Rita, onde será implantado o empreendimento, recebe a classificação de Via Arterial. No anexo da Lei é designada como Via Arterial A04 - Avenida Coronel Santa Rita, trecho compreendido entre as vias Avenida Bento Rocha e Rua Júlia da Costa.

A Lei define:

"II - Vias Arteriais – vias ou trechos de vias com significativo volume de tráfego e com a função de fazer a ligação entre bairros, de bairros com os centros ou ainda com os municípios vizinhos";

Dentro da ADA ainda há a Avenida Bento Rocha que recebe a classificação de Via Estrutural, que conforme a legislação é definida como:

"I - Vias Estruturais – vias com altos volumes de tráfego que promovem a ligação entre o sistema rodoviário interurbano e o sistema viário urbano, estruturando a acessibilidade e a mobilidade urbana";

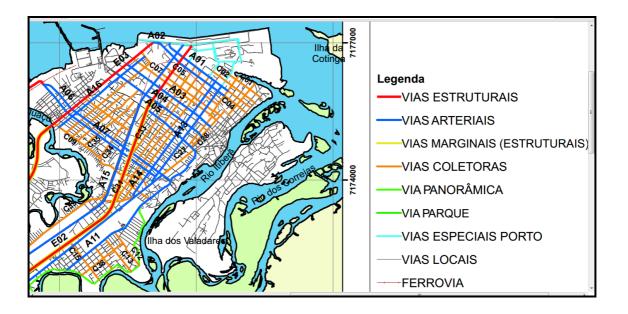


Figura 3-31 - Mapa de classificação do Sistema Viário

A Avenida Coronel Santa Rita possui 11 metros de largura, dividida em duplo sentido de circulação, com uma faixa por sentido e mais a possibilidade



de estacionamento junto ao meio-fio. Está pavimentada em concreto de cimento Portland.



Figura 3-32 - Av. Cel. Santa Rita



Figura 3-33 - Av. Bento Rocha



A Avenida Bento Rocha tem 10 metros de largura, pavimentada em concreto, possuindo uma faixa de circulação no sentido do porto para a BR-277 e duas faixas de circulação no sentido oposto.

Ambas as vias possuem calçadas estruturadas em ambos o lados, sendo que na Avenida Bento Rocha há uma ciclovia em toda a sua extensão.

 d. Levantamento da situação atual e cálculo da capacidade: levantamento do volume de tráfego existente e cálculo da capacidade de vias e interseções.

O estudo da capacidade do sistema viário deve ser dividido em duas partes sendo a primeira os segmentos de vias entre as interseções onde está alocado o empreendimento e a segunda a própria interseção que será diretamente afetada.

#### Segmentos das vias

Para se dimensionar a significância do impacto do empreendimento no segmento de via, é necessário calcular as figuras de mérito do trânsito no trecho.

As três principais são a capacidade de escoamento que é função da largura da via e do tempo dos semáforos dos cruzamentos, a segunda é a relação entre o volume de veículos e a capacidade, ou v/c e a última é a demora dos veículos percorrerem o trecho em estudo. A metodologia do Highway Capacity Manual 2000 estabelece uma correlação entre estas figuras de mérito do trânsito com "Níveis de Serviço", categorizados de A à F, ou do melhor para o pior.

Considera-se que ao estabelecer o nível de serviço do cruzamento temse o principal componente da equação que fornecerá o índice de significância do impacto.



Entre um estudo e outro, as capacidades dos trechos das vias consideradas não sofreram modificação, pois as larguras das mesmas não foram alteradas. À titulo de recordação transcreve-se aqui a tabela com os valores para as referidas vias conforme publicado no estudo anterior complementada com os valores calculados para os volumes do ano 2012. Os volumes dos fluxos estão em UCP's.

Tabela 3-4: Capacidade viária dos acessos e interseções

	Largura	Capaci	Volume	Volume	V/C	V/C	NS	NS
		dade	2007	2012	2007	2012	2007	2012
Bento M. R←	4,0	2100	213	340	0,101	0,162	В	С
Bento M. $R\rightarrow$	6,0	3150	484	634	0,154	0,201	С	С
C.Santa R↓	6,5	3400	87	91	0,026	0,026	Α	Α
C.Santa R ↑	6,5	3400	213	252	0,063	0,074	Α	Α

#### Interseções

Para a análise da capacidade da interseção da Avenida Bento Rocha com a Avenida Coronel Santa Rita foi utilizado o mesmo método preconizado pelo "Capítulo 16 – Interseções Sinalizadas" do HCM - Highway Capacity Manual 2000 utilizado no primeiro estudo.

O método do Capítulo 16 considera todas as configurações operacionais do cruzamento, incluindo combinações de fases, tempos de verde, amarelo, bloqueios e ciclo, largura e número de faixas e fluxos em todos os movimentos. São estimadas a demora e a razão Volume sobre Capacidade (V/C) para cada aproximação da interseção e destes parâmetros é calculada a demora média para cruzar a interseção para todos os movimentos. O critério de estabelecimento do Nível de Serviço leva em consideração esta demora (Tabela 3-5).



Tabela 3-5: Nível de serviço x demora conforme cap. 16 / HCM – Highway Capacity Manual – 2000

Nível de serviço	Demora média (s/veíc.)
A	<=10
В	>10-20
С	>20-35
D	>35-55
E	>55-80
F	>80

Esta metodologia utiliza na entrada os volumes de tráfego em veículos por hora para depois ajusta-los pelos fatores da porcentagem de veículos pesados, de hora do pico, largura da faixa de rolamento e porcentagens de conversão à esquerda e direita.

Para melhor entendimento do conceito de Nível de Serviço, eles são descritos a seguir tal como apresentados na metodologia citada:

- Nível de Serviço A descreve as operações em fluxo livre à velocidade média, usualmente 90 por cento da velocidade de projeto para a classe da via dada. Os veículos são totalmente livres para manobrar dentro da corrente de tráfego. A retenção nas interseções sinalizadas é mínima.
- Nível de Serviço B descreve operações à velocidade média de deslocamento razoavelmente desimpedida, usualmente a 70 por cento da velocidade de projeto para a classe da via. A habilidade de manobrar dentro da corrente de tráfego é somente levemente restrita e a retenção nas interseções sinalizadas não é significativa.
- Nível de Serviço C descreve operações estáveis; contudo, a habilidade de manobrar e trocar de faixa de circulação em seções intermediárias pode ser mais restrita que no Nível B, e filas mais longas, sincronismo pobre entre semáforos, ou ambos, pode contribuir para velocidades médias de deslocamentos abaixo de 50 por cento da velocidade de projeto para a classe da via.



- Nível de Serviço D está na fronteira da faixa onde um pequeno incremento no fluxo pode causar um aumento substancial na demora e no decréscimo da velocidade de deslocamento. Este nível pode ser alcançado por sincronismo adverso, temporização inapropriada dos semáforos, volumes altos, ou uma combinação destes fatores. A velocidade média de deslocamento é cerca de 40 por cento da velocidade de projeto.
- Nível de Serviço E é caracterizado por demoras significativas e velocidades de deslocamentos abaixo de 33 por cento da velocidade de projeto. Este tipo de operação é causado pela combinação de falta de sincronismo, alta densidade de semáforos, grandes volumes de tráfego, grandes demoras em interseções críticas e temporização inapropriada.
- Nível de Serviço F é caracterizado por fluxo urbano com velocidades extremamente baixas, tipicamente abaixo de um terço ou um quarto da velocidade de projeto. É provável que haja congestionamento nas interseções críticas, com grandes demoras, grandes volumes e extensas filas.

Na Tabela 3-6 estão mostradas as figuras de méritos geradas pela simulação.

Tabela 3-6 - Figuras de mérito para as Vias da ADA

Analyst: PRM

Agency: CPA-PASA
Date: 25/06/2013
Period: 14:15 as 15:15
Project ID: RAP Corretivo - Análise suficiência de Capacidade

\*\*Model of the control of the control

HCS+: Signalized Intersections Release 5.3

			S	IGNALI	ZED I	NTERS	SECTION	SUMN	IARY				
	Ea	stbou	nd	We	stbou	ınd	No	rthbo	ound	Southbound			
	L	T	R	L	T	R	L	T	R	L	T	R	
	1			_									
No. Lanes	0	2	0	0	1	0	C	) 1	0		0 1	0	
LGConfig		LT	R		LT	'R		LI	TR.		L.	ΓR	
Volume	17	216	128	128	181	9	106	31	33	1	28	21	
Lane Width		3.0			4.0			4.0			4.0		
RTOR Vol	1		0	1		0			0			0	1

Dur	ation	0.25		Area		All ot							
					Si	gnal Op	erat	ions					
Pha	se Combi	ination	1	2	3	4			5	6	7	8	
EB	Left		P			1	NB	Left	P				
	Thru		P			ĺ		Thru	P				
	Right		P			i		Right	P				
	Peds					i		Peds					
WB	Left		P			i	SB	Left	P				
	Thru		P			i		Thru	P				
	Right		P			i		Right	P				
	Peds					i		Peds					
NB	Right					i	EB	Right					
SB	Right					i	WB	Right					

Página 94 de 125



Green Yellow All Red		44.0 0.0 4.0 1.0				24.0 4.0 1.0		:h: 78.0	se	ecs
Appr/ Lane	Lane Group	Intersec Adj Sat Flow Rate	Rati			ary				
Grp	Capacity	(s)	v/c	g/C	Delay	LOS	Delay	LOS		
Eastbou	nd									
LTR	991	1756	0.43	0.56	11.2	В	11.2	В		
Westbou	nd									
LTR	614	1088	0.41	0.56	11.6	В	11.6	В		
Northbo	und									
LTR	370	1201	0.57	0.31	29.0	С	29.0	С		
Southbo	und									
LTR	317	1029	0.23	0.31	21.8	С	21.8	С		
	Intersec	tion Delay	= 16.0	(sec/ve	h) Ir	nterse	ction I	LOS = B		

Os resultados para os fluxos da pesquisa de 2007 apresentaram as figuras de mérito mostradas na tabela abaixo:

Tabela 3-7 – Figuras de mérito para as Vias da ADA

HCS+: Signalized Intersections Release 5.3

Analyst: PRM Inter.: Bento Rocha x Santa Rita Agency: CPA-PASA Area Type: All other areas Date: 25/06/2013 Jurisd: Paranaguá Period: 09h45h - 10h45 Year: 2007
Project ID: RAP Corretivo - Análise Suficiência de Capacidade Fluxo PES E/W St: Av. Bento Rocha N/S St: Av Cel Santa Rita

		SIG	SNALIZED	INTERSE	CTION	SUMMAR	Y			
		tbound	Westb			thboun			bound	
	L	T R	L T	. R	L	Т	R	L I	R	
No. Lanes LGConfig	0	2 0 LTR		1 0 LTR	0	LTR	0		1 0 LTR	_
Volume Lane Width RTOR Vol		164 41   3.0   0	8 95 4.			26 2 4.0 0	4	7 11   4.		
Duration	0.25	Area T		l other						
Phase Combin	nation	1 2	3 1911a	4 I	10115	5	6	7	8	
EB Left Thru Right Peds		P P P		NB   	Left Thru Right Peds	P P P				
WB Left Thru Right Peds NB Right		P P P		SB           EB	Left Thru Right Peds Right	_				
SB Right Green Yellow All Red		44.0 0.0 4.0 1.0		WB	Right	24.0 4.0 1.0 Cycl	0.0	ngth: 78	3.0	secs
				erformanc						
Appr/ Lane Lane Gro		Adj Sat Flow Rate	Rati	.os	Lane	Group	App	proach		
	acity	(s)	v/c	g/C	Delay	LOS	Dela	ay LOS	-	
Eastbound										
LTR 97	6	1731	0.28	0.56	9.5	A	9.5	A		
Westbound										
LTR 66	5	1179	0.19	0.56	8.9	А	8.9	A		
Northbound										
LTR 39	2	1273	0.36	0.31 <b>Pági</b>	23.6 na <b>95</b>	c de <b>12</b> 9	23.6 <b>5</b>	6 C		



Southbound

```
LTR 285 926 0.26 0.31 22.5 C 22.5 C Intersection Delay = 14.2 (sec/veh) Intersection LOS = B
```

Com os resultados exibidos acima, se pode comparar as situações como foram previstas em 2007 antes da implantação do terminal com a situação em 2012, já com o terminal operando em plena capacidade, sendo tal cenário o mesmo observado ao longo do ano de 2014.

Na Tabela 3-26 verifica-se que o nível de serviço "B" não alterou entre os dois momentos, com a demora geral para todos os veículos que cruzam a interseção das Avenidas Bento Rocha e Coronel Santa Rita subindo de 14,2 para 16,0 segundos. A alteração percebida se dá na Avenida Bento Rocha, no sentido do porto, cuja demora subiu de 9,5 para 11,2 segundos por veículo e no sentido inverso, onde a demora subiu de 8,9 para 11,6 segundos por veículo, alterando em ambos os casos de nível de serviço "A" para "B".

Tabela 3-8 – Nível de serviço das interseções.



Sentido	Ano	Fluxo Ajustado	Capacidade Aproximação	Fluxo Saturação Ajustado	Razão v/c	g/C	Demora da entrada	Nível de Serviço
0 > L	2007	273	976	1731	0,28	0,56	9,5	Α
	2012	431	991	1756	0,43	0,56	11,2	В
L > 0	2007	126	665	1179	0,19	0,56	8,9	Α
	2012	249	614	1088	0,41	0,56	11,6	В
S > N	2007	141	392	1273	0,36	0,31	23,6	С
	2012	212	370	1201	0,57	0,31	29	С
N > S	2007	73	285	926	0,26	0,31	22,5	С
	2012	72	317	1029	0,23	0,31	21,8	С
Demora d	la Interseção		= 14,2 (sec/veh)		Nível de S	erviço da I	nterseção	В
Demora d	la Interseção		= 16,0 (sec/veh)		Nível de S	erviço da I	nterseção	В

## 4 PROGNÓSTICO.

Hipótese de não realização.

A não execução da operação do empreendimento implica principalmente impactos relacionados à não geração de emprego, renda e tributos, ou seja, mesmo sem o impacto da implantação já ocorrida, a área em estudo continuaria com os índices de impactos contínuos, visto que se trata de uma área de interesse portuário e de logistica portuária, de modo que o local perderia potenciais de desenvolvimento.

Executando-se uma comparação, utilizando-se as AIAs anteriormente apresentadas, pode-se observar que, em todas as fases:

- a) o indicador ((N) não haverá o impacto) ficou com o seu grau menor do que os outros indicadores;
- b) ((IC) impacto contínuo);
- c) ((P) perda para o município ou para a comunidade no caso de não haver a implantação).

Esse método serve apenas para comparar e permite observar que, mesmo sem a implantação, a área de estudo já tem os impactos relacionados



em (IC), e que eles são maiores do que os do indicador (N), ou seja, os impactos de implantação e de operação.

Quando se observa o indicador ((P) perda para o município ou para a comunidade no caso de não haver a operação), fica claramente definido que, quando a soma de (IC) e (P) forem maiores que (N), a resultante relacionada aos aspectos e impactos de instalação e implantação relacionadas em (N) resultam em uma implantação positiva.

Sendo assim, mesmo com a resultante positiva, a empresa deverá estabelecer procedimentos para a mitigação e prevenção dos impactos por tema e por fase do projeto.

Nesse sentido, observe-se a seguinte matriz integrada:

		Matriz de avaliação de impactos ambientais			Con	ndice ( nparaça iso de iplanta	ão em não
AIA	Aspecto	Impacto	Índice de significância	SIGNIFICÁCIA	Não Haverá Impacto (N)	Impacto Continuo (IC)	Impacto negativo para o município/comunidade (P)
2	Geração de resíduos da construção civil	Possibilidade de Poluição do solo e água	12	Não significativo	5		
3	Geração de resíduos	Possibilidade de Poluição do solo e água	12	Não significativo		5	
3	Geração de efluentes sanitários	Possibilidade de Poluição do solo e água	18	Não significativo		5	
4	Acidentes durante a instalação	Possibilidade de Vazamento de Material Armazenado	3	Não significativo	5		
5	Utilização de máquinas e veículos.	Possibilidade de Aumento de ruído na área do empreendimento.	48	Significativo		5	
6	Emissões atmosféricas das fontes móveis.	Possibilidade de Poluição do ar	12	Não significativo		5	
7	<ul><li>Tráfego de veículos.</li><li>Operação das estruturas.</li></ul>	O tráfego intenso de veículos pesados pode produzir danos ao pavimento das vias de acesso e pátios, e traz consigo sedimentos diversos que, quando carreados, podem causar o assoreamento e alterações na qualidade dos corpos d'água.	1	Não significativo		5	



8	<ul> <li>Operação da frente de trabalho;</li> <li>Operação das estruturas;</li> <li>Tráfego de veículos.</li> </ul>	A água é o principal agente de transporte de sedimentos, que tendem a acumular-se em locais onde os corpos d'água apresentam menor velocidade de escoamento. Dessa maneira, os resíduos sólidos que não recebam correta destinação e os sedimentos diversos produzidos pelo tráfego de veículos podem vir a contribuir com o assoreamento de corpos d'água.	1	Não significativo	5	
9	<ul> <li>Compactação e impermeabilização do solo;</li> <li>Operação das estruturas.</li> </ul>	A compactação e a impermeabilização do solo podem provocar a redução da recarga do aquífero e ampliam o escoamento superficial.	54	Significativo	5	
	Operação da frente de trabalho;	As atividades industriais desenvolvidas no empreendimento geram resíduos sólidos e efluentes que, caso não recebam disposição final adequada ou correto tratamento, podem tornar-se fonte de contaminação de solo e recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), através do carreamento e lixiviação. Já o uso de veículos, máquinas e equipamentos é sujeito a vazamentos de óleos, graxas e combustíveis.				
10	Operação de máquinas e equipamentos;	As atividades de armazenamento e baldeação apresentam riscos potenciais de perdas e vazamentos de produtos. O etanol é o principal produto relacionado às atividades desenvolvidas na ADA.	16	Muito significativo	5	
	Tráfego de veículos;					
	Armazenamento de produtos;					
	<ul> <li>Baldeação de produtos.</li> </ul>					
11	<ul> <li>Operação da frente de trabalho;</li> <li>Operação de máquinas e equipamentos;</li> <li>Tráfego de veículos;</li> <li>Armazenamento de produtos;</li> <li>Baldeação de produtos.</li> </ul>	O tráfego intenso de veículos pesados pode produzir danos ao pavimento das vias de acesso e pátios e traz consigo sedimentos diversos que, quando carreados, podem causar o assoreamento e alterações na qualidade dos corpos d'água. O uso de veículos, máquinas e equipamentos é ainda sujeito a vazamentos de óleos, graxas e combustíveis. As atividades industriais desenvolvidas no empreendimento geram resíduos sólidos e efluentes que, caso não recebam disposição final adequada ou correto tratamento, podem tornar-se fonte de contaminação de solo e recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) através do carreamento e lixiviação. Já as atividades de armazenamento e baldeação apresentam riscos potenciais de perdas e vazamentos de produtos. O etanol é o principal produto relacionado às atividades desenvolvidas na ADA.	16	Muito significativo	5	
12	Tráfego de veículos de grande e pequeno porte	Possibilidade de aumento de ruídos advindos do tráfego veicular		Significativo	5	
13	Geração de resíduos	Possibilidade de poluição do solo e água		Não significativo	5	
14	Geração de efluentes sanitários	Possibilidade de poluição do solo e água	36	Significativo	5	
15	Início da operação.	Possibilidade de aumento de ruído na área do empreendimento. (Poluição Sonora)	36	Significativo	5	
16	Emissões veiculares provenientes da utilização de Máquinas e Caminhões.	missões eiculares rovenientes da tilização de láquinas e		Não significativo	5	



17	<ul><li>Tráfego de veículos.</li><li>Operação das estruturas.</li></ul>	O tráfego intenso de veículos pesados pode produzir danos ao pavimento das vias de acesso e pátios, e traz consigo sedimentos diversos que, quando carreados, podem causar o assoreamento e alterações na qualidade dos corpos d'água.	1	Não significativo		5	
18	<ul> <li>Operação da frente de trabalho;</li> <li>Operação das estruturas;</li> <li>Tráfego de veículos.</li> </ul>	A água é o principal agente de transporte de sedimentos, que tendem a acumular-se em locais onde os corpos d'água apresentam menor velocidade de escoamento. Dessa maneira, os resíduos sólidos que não recebam correta destinação e os sedimentos diversos produzidos pelo tráfego de veículos podem vir a contribuir com o assoreamento de corpos d'água.	1	Não significativo		5	
19	<ul> <li>Compactação e impermeabilização do solo;</li> <li>Operação das estruturas.</li> </ul>	A compactação e a impermeabilização do solo podem vir a provocar a redução da recarga do aquífero e ampliar o escoamento superficial.	54	Significativo		5	
20	<ul> <li>Operação da frente de trabalho;</li> <li>Operação de máquinas e equipamentos;</li> <li>Tráfego de veículos;</li> <li>Armazenamento de produtos;</li> <li>Baldeação de produtos.</li> </ul>	As atividades industriais desenvolvidasno empreendimento geram resíduos sólidos e efluentes que, caso não recebam disposição final adequada ou correto tratamento, podem tornar-se fonte de contaminação de solo e recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), através do carreamento e lixiviação. Já o uso de veículos, máquinas e equipamentos é sujeito a vazamentos de óleos, graxas e combustíveis.  As atividades de armazenamento e baldeação apresentam riscos potenciais de perdas e vazamentos de produtos. O etanol é o principal produto relacionado às atividades desenvolvidas na ADA	16	Muito significativo		5	
21	<ul> <li>Operação da frente de trabalho;</li> <li>Operação de máquinas e equipamentos;</li> <li>Tráfego de veículos;</li> <li>Armazenamento de produtos;</li> <li>Baldeação de produtos.</li> </ul>	O tráfego intenso de veículos pesados pode produzir danos ao pavimento das vias de acesso e pátios e traz consigo sedimentos diversos que, quando carreados, podem causar o assoreamento e alterações na qualidade dos corpos d'água. O uso de veículos, máquinas e equipamentos é ainda sujeito a vazamentos de óleos, graxas e combustíveis. As atividades industriais desenvolvidas no empreendimento geram resíduos sólidos e efluentes que, caso não recebam disposição final adequada ou correto tratamento, podem tornar-se fonte de contaminação de solo e recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) através do carreamento e lixiviação. Já as atividades de armazenamento e baldeação apresentam riscos potenciais de perdas e vazamentos de produtos. O etanol é o principal produto relacionado às atividades desenvolvidas na ADA.	16	Muito significativo		5	
22	Tráfego de veículos de grande e pequeno porte	Possibilidade de aumento de ruídos advindos do tráfego veicular	36	Significativo		5	
23	Operação do terminal de armazenagem de álcool.	Possibilidade de geração de ruídos advindos da operação da casa de bombas, compressores e carga e descarga de álcool.	36	Significativo		5	
24	Emissões atmosféricas de substâncias voláteis (hidrocarbonetos)	Possibilidade de aumento das concentrações de hidrocarbonetos no entorno	9	Não significativo		5	
25	Geração de resíduos da construção civil	Possibilidade de poluição do solo e água	4	Não significativo	5		



26	<ul> <li>Encerramento das atividades do empreendimento;</li> <li>Desmobilização da frente de</li> </ul>	Diminuição na geração de impactos incidentes sobre o meio físico devido ao encerramento das atividades do empreendimento e a desmobilização das frentes de trabalho.		A metodologia não possibilita calcular a Significância para um	5		
	trabalho.			impacto potencial positivo.			
27	Recuperação de área degradada.	A adoção das medidas afetarão Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, para a hipótese de encerramento de atividades/desmobilização,contribuirá para a recuperação das funções ecológicas.		metodologia não possibilita calcular a Significância para um impacto potencial positivo.	5		
28	Tráfego de caminhões e veículos	Possibilidade de Atropelamento de Animais	3	Não significativo		5	
29	Acidentes durante a operação	Possibilidade de Vazamento de material armazenado	3	Não significativo		5	
30	Tráfego de caminhões e veículos	Possibilidade de Atropelamento de Animais	3	Não significativo		5	
31	Elaboração dos estudos para implantação do empreendimento	Geração de emprego e renda diretos e indiretos temporários.	6	Não significativo			5
32	Elaboração dos estudos para implantação do empreendimento	Expectativa da população do entorno em relação aos eventuais impactos do empreendimento na sua qualidade de vida.	36	Significativo	5		
33	Execução das obras	Geração de emprego e renda diretos e indiretos temporários.	108	Muito significativo			5
34	Execução das obras	Atendimento as legislações trabalhistas.	72	Significativo			5
35	Definição e implantação dos procedimentos para instalação do empreendimento	Possibilidade de conflitos com a população do entorno em relação aos impactos do empreendimento nas suas condições de vida	12	Muito significativo	5		
36	Execução de obras para instalação do empreendimento	Aumento temporário da arrecadação municipal.	36	Significativo			5
37	Execução de obras para instalação do empreendimento	Dinamização da economia local.	32	Significativo			5
38	Execução de obras para instalação do empreendimento	Possibilidade de ocorrência de acidentes na obra.	12	Muito significativo	5		
39	Introdução de um novo agente econômico no território	Valorização imobiliária condicionando o uso e ocupação do solo.	9	Significativo			5



40	Operação do empreendimento	Expectativa da população do entorno em relação aos impactos do empreendimento na sua qualidade de vida	36	Significativo	5		
41	Atividades de operação do empreendimento	Geração de emprego e renda diretos e indiretos	162	Muito significativo			5
42	Operação do empreendimento	Atendimento as legislações trabalhistas.	72	Significativo			5
43	Operação do empreendimento	Aumento da arrecadação municipal	36	Significativo			5
44	Operação do empreendimento	Dinamização da economia local	32	Significativo			5
45	Operação do empreendimento	Possibilidade de ocorrência de acidentes na operação	12	Muito significativo	5		
46	Desativação do Empreendimento	Possibilidade de ocupaçõesirregulares.	3	Não significativo			5
47	Desativação do Empreendimento	Possibilidade de perda de empregos e de renda.	4	Não significativo			5
48	Fluxo de veículos decorrentes do recebimento de materiais	Possibilidade do aumento no índice de acidentes.	24	Não significativo		5	
49	Fluxo de Veículos decorrente da operação	Possibilidade do aumento no índice de acidentes.	24	Não significativo		5	
50	Aumento de fluxo de veículos decorrente da retirada de materiais	Possibilidade do aumento no índice de acidentes.	12	Muito significativo		5	
					50	140	60
					Ν	IC	Р

Soma de IC e P igual à 200, bem maior que N, portanto os resultados apontam para uma implantação positiva.

DESCRIÇÃO DO EFEITO ESPERADO DAS MEDIDAS MITIGADORAS PREVISTAS EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS NEGATIVOS, MENCIONANDO AQUELES QUE NÃO PUDEREM SER EVITADOS E O GRAU DE ALTERAÇÃO ESPERADO.



#### 4.1.1.1 Meio Biótico.

O aumento da geração dos ruídos poderá ocasionar o deslocamento de algumas espécies de aves para locais menos antropizados, o que, no entanto, não é o provável, tendo-se em vista a grande disponibilidade de alimento (matéria orgânica) na região portuária, em virtude principalmente de grãos que caem nas vias públicas de veículos utilizados no transporte desse tipo de produto.

Não obstante, as medidas mitigadoras de ruídos consistem na manutenção mecânica preventiva e corretiva dos equipamentos, para que não haja emissões foram dos níveis normativamente previstos para cada equipamento.

#### 4.1.1.2 Sistema Viário.

Com a verificação realizada da importância do impacto causado pelo aumento da circulação de veículos após a implantação do empreendimento, e constatado que o impacto é pouco significativo, considerou-se que só há uma medida mitigadora que possa ser aplicada para reduzir ainda mais tal impacto. Essa medida seria incrementar o uso do modal ferroviário, embora este também tenha limitações, pois as composições, para chegarem ao empreendimento, cortam sistema viário em nível, provocando 0 congestionamentos maiores que os provocados atualmente pela frota de caminhões.

Na pesquisa realizada no dia 09/05/2013, uma composição ferroviária entrando no pátio da Transpetro fechou o tráfego por 15 minutos, entre 11h30 e 11h45, na Avenida Bento Rocha, principal acesso ao Porto Dom Pedro II.

O impacto causado até o presente momento pelo empreendimento é menor que o advindo do crescimento vegetativo do trânsito do entorno.

Caso a empresa pretenda aumentar o fluxo de granéis líquidos para volumes acima daqueles aventados na fase de planejamento do empreendimento (100 caminhões por dia), sugere-se, como medida preventiva, o incremento da triagem nos pátios atualmente utilizados pela empresa. Esta reserva tornaria possível estabelecer a mesma sistemática operacional que já



vem sendo utilizada, aonde os veículos de carga viriam para o parque de tancagem na razão da capacidade de descarga dos tanques. Isto reduziria o risco de haver filas fora dos portões da empresa, não se prejudicando a fluidez do trânsito.

#### 4.1.1.3 Meio Físico.

Não haverá interferência nas áreas das unidades de conservação, assim como a operação não interfere nas condições meteorológicas (Dinâmica da atmosfera, pluviosidade, umidade relativa do ar, temperatura, ventos, insolação e nebulosidade, descargas elétricas), nem nos sistemas de geologia, geopedologia e hidrodinâmica local.

Como medidas, a empresa deverá manter um plano para a gestão de ruídos, resíduos sólidos e efluentes, assim como executar anualmente uma análise da qualidade do ar na circunvizinhança, visando acompanhar a dinâmica local e tomar ações se necessárias.

#### 4.1.1.4 Socioeconômico.

Segundo a Lei de Zoneamento do Município e o Plano Diretor, a área escolhida para o empreendimento está destinada às atividades portuárias. Desse modo, não há conflito com relação à legislação do município que rege o uso e ocupação do solo.

Nesse âmbito, a predominância é de impactos positivos, relacionados principalmente com a geração de empregos diretos e indiretos, renda e aumento de arrecadação de tributos para o município.

Recomenda-se, para manutenção da potencialização desses impactos positivos, que se dê continuidade ao plano de contratação de mão de obra local e ao um plano de comunicação e educação ambiental, visando orientar a comunidade sobre os aspectos relacionados aos resíduos sólidos, efluentes domésticos, apresentado também as ações que a empresa executa para o



controle eficaz dos componentes ambientais relacionados, inclusive sobre as suas emissões e controle de trafego de veículos.

## 4.2 MEDIDAS MITIGADORAS, DE CONTROLE E COMPENSATÓRIAS.

Para identificação das medidas Mitigadoras, de Controle, Compensatórias e Potencializadoras, primeiramente foram elencados todos os possíveis impactos do empreendimento em suas diferentes fases (implantação, operação e desativação). Após listar e qualificar os possíveis impactos, foram respectivamente elaboradas e definidas as medidas Mitigadoras, de Controle, Compensatórias e Potencializadoras para cada um dos possíveis impactos.

Para uma melhor compreensão dos eventuais impactos e suas respectivas medidas, as informações foram apresentadas em forma de tabela conforme modelo abaixo. Portanto, a apresentação das medidas Mitigadoras, de Controle, Compensatórias e Potencializadoras estão dispostas no item 5.1.2.

AIA 4-1 - Modelo [aspecto I] / [impacto ].

Aspecto ambiental	[agente causador do impacto, porém diferente da atividade geradora]					
Impacto ambiental	[efeito causado pelo aspecto, alteração das propriedades					



		ou características do meio]						
Fase		[planejemento,implantação, operação, desativação (Quando aplicável)]						
Carater		[positivo ou	negativo]					
Ordem		[direto e indireto] ( (Direto), a empresa tem ação sobre o impacto), ( (Indireto), a empresa não tem ação sobre o impacto),						
Ocorrê	ncia	[real ou pote	encial]					
Tempo	ralidade	[Imediato, M	lédio e Longo Prazo]					
Freqüê probab	ncia (+) (-) ou ilidade (P)	[1 a 3] [1 a 4]	Escala / Abrangência (+) (-)	[1 a 3]				
-	ància (+) ou lade (-) (P)	[1 a 3] [1 a 4]	Duração (+) (-)	[1 ou 3]				
Continu	uidade (+) ou bilidade (-)	[1 a 3] [1 a 3]	Índice de Magnitude / significância.	[multipli- cação dos índices]				
Signific	cância	[não significativo, significativo ou muito significativo]						
	Preventivas	[apresentação das medidas]						
	Mitigadoras	[apresentação das medidas]						
das	Compensatórias	[apresentação das medidas]						
Medidas	Potencializadoras	[apresentação das medidas]						
Respon	nsabilidades	[definição de responsabilidades pela implementação de medidas]						



Referentes à qualidade ambiental

References a qualidade ambiental								
Aspecto	Impacto	Fase	Caráter	Medidas	Grau de correção			
Acidentes durante a instalação (registro meramente histórico-conceitual, tendo-se em vista que o empreendimento já está em operação)	Possibilidade de Vazamento/derramamento de Material Armazenado	I	N	Planejamento logístico adequado do canteiro de obras para evitar vazamentos e derramamentos, emprego de pessoal treinado e de um plano de contingência bem elaborado (PEI e PGR)	100%			
Utilização de máquinas e veículos.	Possibilidade de Aumento de ruído na área do empreendimento.	I	N	Adotar máquinas com a melhor tecnologia em termos de emissão de ruídos para cada estágio da construção;  Utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados para a segurança dos trabalhadores e funcionários;  Adoção de horários restritos de trabalho para equipamentos geradores de ruído excessivo que possam ocasionar desconforto acústico para a comunidade que reside nas proximidades do empreendimento, bem como à fauna. Para tanto, deverão ser respeitados os níveis máximos de pressão sonora para serviços de construção civil, conforme anexo II da Lei n. 10.625.  Elaborar Plano de Monitoramento de Ruídos com objetivo de controlar os níveis de ruídos nas fases de implantação e operação do empreendimento tanto na ADA quanto na AID e na AII. Deverão ser selecionados os locais mais sensíveis aos aumentos nos níveis de ruídos e monitorados nos períodos noturno e diurno. Pretende-se que, com esse plano, previna-se a emissão de níveis de ruído acima da legislação para a população atingida e para os trabalhadores do empreendimento.  Caso necessário, instalar barreiras defletoras ou substituir máquinas e tecnologias.	75%			
Emissões atmosféricas das fontes móveis.	Possibilidade de Poluição do ar	I	N	Estabelecimento de um procedimento interno para monitoramento da cor das emissões de escapamentos de veículos à diesel.  Apresentação de um plano de manutenção preventiva e corretiva dos veículos e equipamentos à diesel.	75%			



<ul> <li>Operação da frente de trabalho;</li> <li>Operação das estruturas;</li> <li>Tráfego de veículos.</li> </ul>	sólidos que não recebam	I	N	<ul> <li>Elaborar e implantar o Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos e Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos;</li> <li>Efetuar manutenção preventiva nas vias de acesso e pátios existentes na ADA.</li> <li>Operação de sistema de drenagem com dissipadores de energia, separadores de água e óleo e caixas de contenção de sedimentos.</li> </ul>	100%
Operação da frente de trabalho;     Operação de máquinas e equipamentos;     Tráfego de veículos;     Armazenamento de produtos;     Baldeação de produtos.	O tráfego intenso de veículos pesados pode produzir danos ao pavimento das vias de acesso e pátios e traz consigo sedimentos diversos que, quando carreados, podem causar o assoreamento e alterações na qualidade dos corpos d'água. O uso de veículos, máquinas e equipamentos é ainda sujeito a vazamentos de óleos, graxas e combustíveis. As atividades industriais desenvolvidas no empreendimento geram resíduos sólidos e efluentes que, caso não recebam disposição final adequada ou correto tratamento, podem tornar-se fonte de contaminação de solo e recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) através do carreamento e lixiviação. Já as atividades de armazenamento e baldeação apresentam riscos potenciais de perdas e vazamentos de produtos.	I	Z	<ul> <li>Monitorar a qualidade das águas superficiais (AID) e subterrâneas (ADA);</li> <li>Acompanhar a vazão e a eficiência da Estação de Tratamento de Efluentes com análises periódicas do efluente final, respeitando os padrões de lançamento definidos pela legislação vigente;</li> <li>Elaborar e Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos, e Programa de Gerenciamento de Riscos.</li> <li>Concessão de treinamento de integração fundamentado no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, e no Plano de Gerenciamento de Riscos a todos os prestadores de serviço e colaboradores;</li> <li>Monitoramento contínuo de todas as estruturas de armazenamento;</li> <li>Encaminhar os efluentes produzidos no empreendimento para Estação de Tratamento de Efluentes — ETE;</li> <li>Operar sistema de drenagem com separadores de água e óleo, dissipadores de energia e caixas de retenção de sedimentos;</li> <li>Os resíduos sólidos não aproveitados deverão ser encaminhados, segundo a classificação da norma da ABNT NBR 10004/2004 para áreas de disposição final devidamente licenciadas.</li> </ul>	P
Operação.	Possibilidade de aumento de ruído na área do empreendimento. (Poluição Sonora)	0	Z	Execução de um programa de Manutenção preventiva e corretiva dos motores dos caminhões, de máquinas e equipamentos. Manutenção preventiva e corretiva dos motores dos caminhões, de máquinas e equipamentos.  Atendimento dos limites legais para emissão de ruídos, considerando os horários de trabalho. Utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para a segurança dos trabalhadores e funcionários.	75%



Emissões veiculares provenientes da utilização de Máquinas e Caminhões.	Possibilidade de poluição atmosférica	0	N	Manutenção preventiva e corretiva dos motores dos caminhões, máquinas e equipamentos. Execução de monitoramento e de um plano de manutenção.	75%
Operação da frente de trabalho;     Operação das estruturas;     Tráfego de veículos.	A água é o principal agente de transporte de sedimentos, que tendem a acumular-se em locais onde os corpos d'água apresentam menor velocidade de escoamento. Dessa maneira, os resíduos sólidos que não recebam correta destinação e os sedimentos diversos produzidos pelo tráfego de veículos podem vir a contribuir com o assoreamento de corpos d'água.	0	N	Elaborar e implantar o Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos e Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos;     Efetuar manutenção preventiva nas vias de acesso e pátios existentes na ADA.     Operação de sistema de drenagem com dissipadores de energia, separadores de água e óleo e caixas de contenção de sedimentos.	100%
Compactação e impermeabilização do solo;     Operação das estruturas.	A compactação e a impermeabilização do solo podem vir a provocar a redução da recarga do aquífero e ampliar o escoamento superficial.	0	N	<ul> <li>Elaborar e implantar o Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos.</li> <li>Operação do sistema de drenagem com dissipadores de energia, separadores de água e óleo e caixas de contenção de sedimentos;</li> <li>Operação do sistema de coleta e armazenamento (cisterna) com a finalidade de regular a vazão da água pluvial incidente na porção impermeabilizada da ADA, buscando-se evitar possíveis alagamentos ou erosão nos corpos receptores.</li> <li>Se possível, Utilizar na planta do empreendimento a água armazenada na cisterna, reduzindoassim o consumo da água fornecida pela rede pública ou obtida em poço artesiano.</li> </ul>	100%
Operação da frente de trabalho;     Operação de máquinas e equipamentos;     Tráfego de veículos;     Armazenamento de produtos;     Baldeação de produtos	O tráfego intenso de veículos pesados pode produzir danos ao pavimento das vias de acesso e pátios e traz consigo sedimentos diversos que, quando carreados, podem causar o assoreamento e alterações na qualidade dos corpos d'água. O uso de veículos, máquinas e equipamentos é ainda sujeito a vazamentos de óleos, graxas e combustíveis. As atividades industriais desenvolvidasno empreendimento geram resíduos sólidos e efluentes que, caso não recebam disposição final adequada ou correto tratamento, podem tornar-se fonte de contaminação de solo e recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) através do carreamento e lixiviação. Já as atividades de armazenamento e baldeação apresentam riscos potenciais de perdas e vazamentos de produtos.	0	N	<ul> <li>Monitorar a qualidade das águas superficiais (AID) e subterrâneas (ADA);</li> <li>Acompanhar a vazão e a eficiência da Estação de Tratamento de Efluentes com análises periódicas do efluente final, respeitando os padrões de lançamento definidos pela legislação vigente;</li> <li>Elaborar e Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos, e Programa de Gerenciamento de Riscos.</li> <li>Concessão de treinamento de integração fundamentado no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, e no Plano de Gerenciamento de Riscos a todos os prestadores de serviço e colaboradores;</li> <li>Monitoramento contínuo de todas as estruturas de armazenamento;</li> <li>Encaminhar os efluentes produzidos no empreendimento para Estação de Tratamento de Efluentes - ETE;</li> <li>Operar sistema de drenagem com separadores de água e óleo, dissipadores de energia e caixas de retenção de sedimentos;</li> </ul>	100%



				Os resíduos sólidos não aproveitados deverão ser encaminhados, segundo a classificação da norma da ABNT NBR 10004/2004 para áreas de disposição final devidamente licenciadas. D	
Tráfego de veículos de grande e pequeno porte	Possibilidade de aumento de ruídos advindos do tráfego veicular	0	N	<ul> <li>Avisar a comunidade nos entornos sobre eventuais eventos ruidosos realizados dentro da planta;</li> <li>Campanhas de educação ao motorista que transporte produtos acabados para a regulagem preventiva do caminhão, prevenindo o aumento dos ruídos do veículo;</li> <li>Inspeção veicular quanto à emissão de ruídos;</li> <li>Manutenção veicular quanto à emissão de ruídos, de forma que os veículos estejam com emissões sonoras de acordo com as especificações de fábrica;</li> <li>Valorizar as empresas de transporte que utilizem veículos mais novos e menos ruidosos.</li> <li>Utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) adequados para a segurança dos trabalhadores e funcionários;</li> <li>Executar treinamentos e campanhas de conscientização para a utilização de EPI's;</li> <li>Adotar horários restritos de trabalho para carga e descarga de combustíveis inflamáveis, evitando a circulação de veículos em horários inadequados que possam ocasionar desconforto acústico para a comunidade que reside nas proximidades do empreendimento, bem como à fauna;</li> <li>Operação do transporte até o parque de armazenamento com caminhões modernos, com controle da emissão dos ruídos.</li> </ul>	75%



Operação do terminal armazenagem.  Possibilidade de geração de ruídos advindos da operação da casa de bombas, compressores e carga e descarga .  O N • Substituição de peças;  • Adoção de barreiras acústicas;  N • Enclausuramento de equipamento ruidosos;  • Substituir equipamentos por outros mais silenciosos;				Realizar a manutenção de equipamentos.
Operação do terminal de armazenagem.  Operação da casa de bombas, compressores e carga e descarga .  O N • Enclausuramento de equipamento ruidosos; 75% • Substituir equipamentos por outros mais				Substituição de peças;
Adotar formas de atenuação sonora (geometria, materiais, etc).	Operação do ruídos operação armazenagem.	advindos da da casa de O compressores e	N	<ul> <li>Enclausuramento de equipamento ruidosos; 75%</li> <li>Substituir equipamentos por outros mais silenciosos;</li> <li>Adotar formas de atenuação sonora (geometria,</li> </ul>

Referentes ao comprometimento do meio biótico, do patrimônio cultural e da paisagem.

Aspecto	Impacto	Fase	Caráter	Medidas	Grau de correção
Geração de resíduos da construção civil (registro meramente histórico-conceitual, tendo-se em vista que o empreendimento já está em operação)	Possibilidade de Poluição do solo e água	Ι	N	Proibição de lançamento de resíduos em locais não apropriados; Implantação da estrutura necessária à segregação de materiais na obra. Contratação de empresa licenciada para a correta disposição final dos resíduos sólidos e de construção civil, visando diminuir a produção e promover a segregação dos mesmos.  Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), baseados nos princípios de segregação e destinação adequada de cada tipo de resíduo, priorizando-se a não geração, o reuso, a reciclagem e a destinação/disposição final, nesta ordem.  Concessão de treinamentos de integração a todos os prestadores de serviço e colaboradores baseados no PGRCC. Utilização de estruturas prémoldadas, que garante um período de implantação rápido, com ações construtivas centralizadas e com menor geração de resíduos de construção civil.	100%



Geração de resíduos	Possibilidade de Poluição do solo e água	I	N	Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).  Contratação de empresa licenciada para a correta disposição final dos resíduos sólidos, líquido e/ou de construção civil.  Manter registro da destinação final.  Concessão de treinamentos de integração a todos os prestadores de serviço e colaboradores baseados no PGRS.	100%
Geração de efluentes sanitários	Possibilidade de Poluição do solo e água	I	N	Proibição de lançamento de efluentes sanitários no solo e/ou em corpos hídricos.  Na fase de implantação oferecer aos trabalhadores instalações sanitárias apropriadas (banheiros químicos), conforme NR 18 (condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção). Elaboração e implantação dePrograma de Gerenciamento de Efluentes (PGE).	100%
Operação da frente de trabalho;     Operação de máquinas e equipamentos;     Tráfego de veículos;     Armazenamento de produtos;     Baldeação de produtos.	As atividades industriais desenvolvidas no empreendimento geram resíduos sólidos e efluentes que, caso não recebam disposição final adequada ou correto tratamento, podem tornar-se fonte de contaminação de solo e recursos hídricos (superficiais e subterrâneos), através do carreamento e lixiviação. Já o uso de veículos, máquinas e equipamentos é sujeito a vazamentos de óleos, graxas e combustíveis. As atividades de armazenamento e baldeação apresentam riscos potenciais de produtos.	I	N	Elaborar e Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e EfluentesLíquidos, e Plano de Gerenciamento de Riscos;      Concessão de treinamento de integração fundamentado no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, e no Plano de Gerenciamento de Riscos a todos os prestadores de serviço e colaboradores;      Monitoramento contínuo de todas as estruturas de armazenamento;      Encaminhar os efluentes produzidos no empreendimento para Estação de Tratamento de Efluentes – ETE;      Os resíduos sólidos, cujo reaproveitamento não é possível, deverão ser encaminhados, segundo a classificação da norma da ABNT NBR 10004/2004 para áreas licenciadas de disposição final.	100%
Geração de efluentes sanitários	Possibilidade de poluição do solo e água	0	N	Garantir que a rede de esgotos sanitários esteja interligada com a rede publica.  Estabeler um sistema de pré tratamento dos efluentes sanitários antes do envio para a rede publica.	100%
Acidentes durante a operação	Possibilidade de Derramamento de material armazenado	0	N	Emprego de pessoal capacitado, com foco na qualidade do trabalho. Manter um plano de contingência bem elaborado (PEI e PGR).	100%



Referentes ao uso do solo e ocupação do solo.

Aspecto	Impacto	Fase	Caráter	Medidas	Grau de correção
Desativação do Empreendimento	Possibilidade de ocupações irregulares.	D	N	Adoção de procedimentos de controle e contenção de ocupações irregulares, de impactos ambientais e de parcelamentos clandestinos e irregulares do solo urbano no território do Município.	100%



Referentes aos transportes e circulação, abrangendo alterações substanciais nas redes existentes, como também de medidas gerenciais e pequenas obras de melhoria, com custos mais baixos.

Aspecto	Impacto	Fase	Caráter	Medidas	Grau de correção
Tráfego de caminhões e veículos	Possibilidade de Atropelamento de Animais	I	N	Execução de um programa de educação com os funcionários e motoristas envolvidos na implantação.	75%
Tráfego de caminhões e veículos	Possibilidade de Atropelamento de Animais	0	N	Utilização placas de sinalização.  Execução de um programa de educação com os funcionários e motoristas envolvidos na implantação.  Utilização placas de sinalização.	75%
Fluxo de veículos decorrentes do recebimento de materiais	Possibilidade do aumento no índice de acidentes.	I	N	Campanhas de conscientização e educação no trânsito.  Programa de sinalização através de placas e limitadores de velocidade no empreendimento.	75%
Fluxo de Veículos decorrente da operação	Possibilidade do aumento no índice de acidentes.	D	N	Campanhas de conscientização e educação no trânsito.  Programa de sinalização através de placas e limitadores de velocidade no empreendimento.  Utilizaçãoda área de triagem para estacionamento e programação de carga e descarga.  Empreendedor e transportadoras	75%
Aumento de fluxo de veículos decorrente da retirada de materiais	Possibilidade do aumento no índice de acidentes.	D	N	Campanhas de conscientização e educação no trânsito.  Programa de sinalização através de placas e limitadores de velocidade no empreendimento.	75%



Referentes ao meio socioeconômico e comprometimento do patrimônio cultural.

Aspecto	Impacto	Fase	Caráter	Medidas	Grau de correção
Elaboração dos estudos para implantação do empreendimento (registro meramente histórico-conceitual, tendo-se em vista que o empreendimento já está em operação)	Expectativa da população do entorno em relação aos eventuais impactos do empreendimento na sua qualidade de vida.	I	N	Plano de Comunicação Social tendo como foco a divulgação de informações oficiais para os moradores do entorno e os procedimentos que serão adotados no caso de instalação do empreendimento.	100%
Definição e implantação dos procedimentos para instalação do empreendimento (registro meramente histórico-conceitual, tendo-se em vista que o empreendimento já está em operação)	Possibilidade de conflitos com a população do entorno em relação aos impactos do empreendimento nas suas condições de vida	I	N	Plano de Comunicação Social - Divulgar as informações oficiais a respeito do empreendimento.	100%
Execução de obras para instalação do empreendimento (registro meramente histórico-conceitual, tendo-se em vista que o empreendimento já está em operação)	Possibilidade de ocorrência de acidentes na obra.	I	N	1.Implantação do Programa de Saúde e Segurança no Trabalho     - Conscientizar os trabalhadores sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança individuais e coletivos	100%
Operação do empreendimento	Expectativa da população do entorno em relação aos impactos do empreendimento na sua qualidade de vida	0	Ν	Plano de Comunicação Social tendo como foco a divulgação de informações oficiais para os moradores do entorno e os procedimentos que serão adotados pelo empreendimento para a instalação, operação e segurança.	100%
Operação do empreendimento	Possibilidade de ocorrência de acidentes na operação	0	N	1.Implantação do Programa de Saúde e Segurança no Trabalho     - Conscientizar os trabalhadores sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança individuais e coletivos	100%
Desativação do Empreendimento	Possibilidade de perda de empregos e de renda.	D	N	Adoção de recolocação profissional.	100%



### Referentes aos equipamentos públicos comunitários.

Não ocorrerão impactos significativos, uma vez que o empreendimento não gera impactos na dinâmica populacional.

Referentes aos equipamentos urbanos.

110101011	ies aos equipament		•		
Aspecto	Impacto	Fase	Caráter	Medidas	Grau de correção
<ul> <li>Tráfego de veículos.</li> <li>Operação das estruturas.</li> </ul>	O tráfego intenso de veículos pesados pode produzir danos ao pavimento das vias de acesso e pátios, e traz consigo sedimentos diversos que, quando carreados, podem causar o assoreamento e alterações na qualidade dos corpos d'água.	I	N	<ul> <li>Efetuar manutenção preventiva nas vias de acesso e pátios existentes na ADA;</li> <li>Elaborar e implantar o Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos.</li> </ul>	100%

### Referentes à segurança publica.

Não ocorrerão impactos significativos, uma vez que o empreendimento não gera impactos na dinâmica populacional, nem opera com produtos que possam ser considerados como visados a ponto de incitarem iniciativas criminosas que pudessem gerar necessidade de modificação da atuação das forças policiais especificamente em função da atividade da empresa.



### 4.3 PLANOS DE MONITORAMENTO.

Foram executados os seguintes planos e programas de monitoramento:

- PROGRAMA DE MONITORAMENTO DO TRÂNSITO.
- PLANO DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA.
- PLANO DE MONITORAMENTO DO NÍVEL DE RUÍDOS E VIBRAÇÕES.
- PLANO DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR E SEGURANÇA DO AMBIENTE DE TRABALHO.
- PLANO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, PLANO DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAL E ANÁLISE DE VULNERABILIDADE PARA DUTOS.
- PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, PRINCIPALMENTE COM AS COMUNIDADES CIRCUNVIZINHAS AO EMPREENDIMENTO.
- -PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.
- PLANO DE DESATIVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO EMPREENDIMENTO COMPREENDENDO A RETIRADA DE ESTRUTURAS E RECUPERAÇÃO DA ÁREA IMPACTADA.
- PROGRAMA DE TREINAMENTO DA MÃO DE OBRA LOCAL, COM VISTAS À FERAÇÃO DE EMPREGO LOCAL.
- PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.
- PROGRAMA DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS EFLUENTES.
- PLANO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL, CONSIDERANDO OS SISTEMAS DE GESTÃO JÁ IMPLANTADOS E CERTIFICADOS DA EMPRESA.



### 5 CONCLUSÕES

De acordo com as análises contidas nos estudos realizados, é possível concluir que operação do terminal da CPA acontece de modo sustentável.

A área de implantação do empreendimento encontra-se em região de intensa ação antrópica. A operação resulta, de um modo geral, impactos ambientais que podem ser considerados aceitáveis frente à oportunidade de potencialização dos efeitos positivos, que já se fazem presentes, tais como: geração de emprego e renda, tanto diretos quanto indiretos, aumento da receita, aumento do movimento comercial no município e da arrecadação, dentre outros. O incremento das arrecadações permite maiores investimentos públicos que poderão significar melhora na qualidade de vida e serviços ofertados à população.

Sendo assim, se adequadamente em operação, cumprindo às normas ambientais e todas as medidas e programas ambientais propostos, visando minimizar os impactos ambientais negativos, a equipe técnica que elaborou este RIV conclui que a operação da CPA é viável quanto aos aspectos analisados.

Certamente, a atividade da empresa se apresenta como mais um forte instrumento de desenvolvimento do município, trazendo benefícios à economia nacional como um todo, incrementando a competitividade comercial de Paranaguá, gerando mais divisas e mão-de-obra.

Pontualmente em relação aos diversos meios analisados, as conclusões obtidas seguem indicadas nos subitens seguintes.



#### 5.1 Meio Físico.

Dentre os itens relacionados no meio físico, os que mais estão em evidência são os aspectos voltados a qualidade do ar, ruídos, perigos e riscos.

Quanto à qualidade do ar, foi elaborado um estudo pelo LACTEC que concluiu que a resultante não interfere na qualidade de vida dos nem dos colaboradores, nem da vizinhança, nem do ambiente.

Quanto aos ruídos, a empresa matem um pátio de estacionamento fora da ADA, de modo que os caminhões somente se deslocam até o Termina quando são liberados para a carga e descarga. Isso contribui para a redução de ruídos no local, visto que a principal fonte de ruído nos arredores da empresa são emitidos por caminhões. Essa medida contribui também para a redução de filas e congestionamentos e, dessa forma, para a redução de ruídos.

Quanto às questões de perigos e riscos, a empresa executou a implantação conforme as Normas Técnicas previstas, e mantem todos os sistemas de emergência em dia, assim como mantém pessoal capacitado para atuar no caso de emergências.

A empresa elaborou um PEI e um PGR para fazer a gestão dos processos de emergência e riscos.

Dessa forma, pela localização e pelas medidas apresentadas, a empresa está tecnicamente apta a continuar a sua operação normalmente.



#### 5.2 Meio Biótico.

#### Cobertura Vegetal.

O empreendimento já está implantado e em operação, e não apresentando formações vegetais em sua área de instalação.

#### Fauna Terrestre.

A fauna observada na área do empreendimento compreende apenas espécies da avifauna já adaptadas à urbanização. Na AID e AII, podem ser encontradas algumas espécies sob ameaça, porém, dificilmente serão afetadas pela operação do empreendimento.

#### 5.3 Meio Socioeconômico.

Segundo a Lei de Zoneamento do Município e o Plano Diretor, a área escolhida para o empreendimento está destinada às atividades portuárias. Desse modo, não há conflito com relação à legislação do município que rege o uso e ocupação do solo.

O empreendimento apresentou principalmente impactos positivos para o meio socioeconômico, tais como a geração de empregos diretos e indiretos, renda e aumento de arrecadação de tributos para o município.

Portanto, para o meio socioeconômico, não se recomenda desativação do empreendimento, já que isso geraria um grande prejuízo para o município de Paranaguá.



#### 5.4 Sistema Viário.

Do ponto de vista do sistema viário, conclui-se que o empreendimento está localizado na zona correta (Zona de Interesse Portuário – ZIP), em uma via preparada para receber este tipo de tráfego (Via Arterial).

O empreendimento tem operado desde início dentro dos padrões estabelecidos no licenciamento, com volumes de tráfego gerado abaixo dos previstos. E esses volumes, combinados com os volumes de tráfego dos demais empreendimentos estabelecidos na região e ao trânsito urbano da cidade, não causam impacto significativo.



- 6 ANEXOS.
- 6.1 TERMO DE REFERÊNCIA.



### 6.2 DOCUMENTOS DO EMPREENDIMENTO.



### 6.3 DOCUMENTOS DAS EMPRESAS CONSULTORAS.



# 6.4 DOCUMENTOS DA EQUIPE TÉCNICA.

